



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 152 - QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</p> <p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p>LÍDER Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 143ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE AGOSTO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discurso do Expediente

SENADORA IDELI SALVATTI – Encaminhamento de requerimento de voto de aplauso para as entidades governamentais que serão agraciadas com a Medalha Paulo Freire, em Recife..... 27609

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 942, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para as entidades governamentais e não governamentais que serão agraciadas hoje com a Medalha Paulo Freire, em Recife..... 27609

Nº 943, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Professora Annunciada Chaves, ocorrido no último dia 16 de agosto, na cidade de Belém/PA. 27609

Nº 944, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de congratulações ao Senhor Délio Mutran pelo recebimento da comenda “Empresário do Ano de 2006”, outorgada pela Associação Comercial do Pará – ACP. 27609

Nº 945, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-senador e ex-Presidente do Senado e do Congresso Nacional Moacyr Dalla, ocorrido no dia 20 de agosto último, no Espírito Santo. 27610

Nº 946, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo naufrágio da embarcação “Quatro Netos”, ocorrido no dia 18 de agosto último, no rio Solimões, deixando uma pessoa morta e duas desaparecidas..... 27610

Nº 947, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista Jaime Sirotsky, agraciado com o título de Sócio Honorário da Associação Nacional de Jornais..... 27611

Nº 948, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao paleontólogo Alexandre Kellner e aos seus colegas e colaboradores do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, pela remontagem do

esqueleto fossilizado do maior dinossauro já descrito no Brasil..... 27611

Nº 949, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Petróleo Sabbá/Shell, pela decisão de fazer novos investimentos no Estado do Amazonas..... 27612

Nº 950, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos patinadores-mirins de Sobradinho-DF, Emerson dos Santos e Tiago Silva Nascimento, classificados em primeiro lugar na 15ª Maratona de Patinação de New York, bem como à Professora Tuca Reichert, que os preparou..... 27612

1.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2006, de autoria do Senador Marcos Guerra, Acrescenta art. 2º-A à Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e art. 1º-A à Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, e art. 2º-D, à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a concessão dos benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e de Vale-Transporte aos trabalhadores desempregados, durante o período de frequência a curso de capacitação, readaptação ou reciclagem, e dá outras providências..... 27613

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Aviso do nº 32, de 2006 (nº 1.084/2006, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório de suas Atividades referente ao 2º trimestre de 2006..... 27616

1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PAULO PAIM – Participação de S. Exa. em debate, hoje, entre os candidatos à Presidência da República, promovido pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, quando serão discutidos temas relativos à reforma tributária, sindical, previdenciária e trabalhista. Necessidade de mudança na forma de elaboração do Orçamento da União. 27616

SENADORA IDELI SALVATTI – Satisfação com a meta atingida pelo Programa Bolsa-Família no Estado de Santa Catarina. 27618

SENADOR MARCOS GUERRA – Sugestão ao Congresso Nacional no sentido de que modi-

fique a legislação, a fim de determinar a queima de confecções e têxteis apreendidos como contrabandeados..... 27618

SENADORA IDELI SALVATTI – Recebimento de ofícios da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) e do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval (Sinaval), solicitando a discussão e aprovação, no esforço concentrado de setembro, de projeto que autoriza a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) a elevar temporariamente seu limite de endividamento para operações de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante. Considerações sobre vários resultados de pesquisas eleitorais. Participação de S. Exa. na solenidade de lançamento do programa de governo do presidente Lula, visando sua reeleição..... 27618

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Críticas às declarações do presidente Lula e à incapacidade de seu governo. Intenção de, após as eleições, propor a instalação de uma CPI para investigar a Petrobrás. 27627

SENADORAS JOSÉ JORGE – Críticas às declarações inconseqüentes do presidente Lula, em discurso na Confederação Nacional da Indústria, referindo-se ao apagão no ano de 2001..... 27631

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Manifestação de desalento com a vida pública provocado pela crise ética que tomou conta da política no País. ... 27632

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Atribuições ao apoio e recursos para projetos de infra-estrutura na região amazônica, principalmente no Pará, o favoritismo do Presidente Lula nas pesquisas eleitorais naquela região. 27634

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA – Manifestação de solidariedade ao Senador Jefferson Peres e apelo no sentido de que reconsidere sua decisão..... 27635

1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários sobre entrevista concedida pelo Professor Aguinaldo Nascimento Figueiredo, publicada no jornal **O Estado do Amazonas**, edição de 20 do corrente. Considerações sobre atitude do presidente Lula que, pressupondo-se reeleito, planeja controlar os meios de comunicação “com idéias ditatoriais”..... 27637

SENADOR MARCOS GUERRA – Críticas a decisões arbitrárias do Ibama, que atingem o Estado do Espírito Santo. 27644

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do artigo intitulado “Muito além do jardim”, de autoria

da jornalista Dora Kramer, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 18 do corrente..... 27644

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “*Petistas evitam mencionar o mensalão no horário político*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 16 do corrente..... 27646

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 30/08/06

3 – EMENDAS

Nºs 1 e 2, apresentadas a Medida Provisória nº 318, de 2006. 27647

4 – CERTIDÃO

Referente à Medida Provisória nº 317, de 2006..... 27652

5 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 21, de 2006. 27653

6 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 50, de 2006.

7 – DECISÃO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Suspendendo a participação de servidores do Senado Federal, em conferências, congressos, seminários e cursos fora do Distrito Federal. 27657

8 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 196, de 2006. 27657

9 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.784 a 1.800, de 2006. 27658

SENADO FEDERAL

10 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

11 – SECRETARIA DE COMISSÕES

12 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

13 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

14 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

15 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

16 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

17 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

18 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

19 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

20 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

21 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 143ª Sessão Não Deliberativa, em 30 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Marcos Guerra e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Peço licença ao Senador Paulo Paim para registrar que estou apresentando um requerimento de voto de aplauso para as entidades governamentais e não-governamentais que serão agraciadas hoje com a Medalha Paulo Freire, em Recife. A premiação é concedida pelo Ministério da Educação em virtude da redução do número de analfabetos no Brasil. Entre os premiados, com muito orgulho, está o Estado de Santa Catarina, que reduziu de 250 mil, em 2003, para 226 mil, em 2004, o número de analfabetos.

Portanto, parabenizo as cinco entidades governamentais e não-governamentais que estão recebendo o prêmio, como também parabenizo, com muito carinho e apreço, os alfabetizadores que fazem esse trabalho em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 942, DE 2006

Requeiro, nos termos da lei, Voto de Aplauso para as entidades governamentais e não governamentais que serão agraciadas hoje com a Medalha Paulo Freire, em Recife. A premiação é concedida pelo Ministério da Educação em virtude da redução da população de analfabetos. Dentre os premiados, destaco o Estado de Santa Catarina, que reduziu este número de 250 mil em 2003, para 226 mil em 2004, perfazendo 4,8% não alfabetizados.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti**.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Mesa encaminhará o requerimento de V. Ex^a a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na forma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2006

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, a inserção, em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, no último dia 16 de agosto, na cidade de Belém, da Professora Annunciada Chaves. A educadora Annunciada Chaves, se destacou no Estado do Pará por sua atuação na área da educação e da cultura, deixando como marca a sua determinação e dedicação. Foi professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), presidente do Conselho Estadual de Cultura, Pró-Reitora e imortal da Academia Paraense de Letras (APL), sempre em defesa do interesse social do Estado do Pará e da região amazônica.

Requeiro, ainda, que o voto de pesar do Senado Federal seja encaminhado a Universidade Federal do Estado do Pará (UFPA), a Academia Paraense de Letras (APL) e a sua família.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Luiz Otávio**, PMDB – PA.

REQUERIMENTO Nº 944, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de congratulações ao senhor Délio Mutran pela comenda “Empresário do Ano de 2006”, outorgada pela Associação Comercial do Pará – ACP.

Justificação

O empresário Délio Mutran é um exemplo de empreendedor da região Norte, que atua nos ramos comercial e industrial. Iniciou suas atividades no agro-

negócio em 1966, com a produção de castanha e, em 1975, criou uma usina de beneficiamento. Investiu também em pecuária e, em 1999, iniciou a Factoring DM Fomento Mercantil, “uma empresa que compra títulos de crédito obtidos nas transações comerciais e repassa o dinheiro do valor do título aos produtores e empresários”.

Sua grande importância para o agronegócio na região Norte foi reconhecida pela Associação Comercial do Pará, que outorgou ao empresário a comenda “Empresário do Ano 2006”. Vale destacar que a importância de uma comenda está relacionada não apenas com a expressão do premiado, mas também com a entidade que faz a outorga.

A Associação Comercial do Pará é a segunda entidade empresarial mais antiga do Brasil. Com o nome Praça do Comércio do Pará, foi fundada em 3 de abril de 1819, apenas 2 anos após a Praça do Comércio da Bahia. Em 1899 mudou sua denominação para Associação Comercial do Pará, nome que mantém até hoje.

Essa venerável instituição, dentre outras atividades, criou a Escola técnica de Comércio, o Museu Comercial do Pará, a Escola de Química Industrial e a Bolsa de Mercadorias do Pará.

Do exposto, considerando tanto os serviços prestados pelo homenageado quanto a importância da instituição que fez a outorga, solicitamos que seja aprovado voto de congratulações para o empresário Délio Mutran, por ocasião de sua premiação como Empresário do Ano de 2006.

Requeiro, ainda, que o Voto de Louvor do Senado Federal, além de ser encaminhado ao homenageado, seja encaminhado à Associação Comercial do Estado do Pará – ACP.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Luiz Otávio**.

REQUERIMENTO Nº 945, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Senador e ex-Presidente do Senado e do Congresso Nacional Moacyr Dalla, ocorrido no dia 20 de agosto de 2006, no Espírito Santo.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, dia 20 de agosto de 2006, em Guarapará, Espírito Santo, de Moacyr Dalla, ex-Presidente desta casa e do Congresso Nacional.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do ex-Senador.

Justificação

O Espírito Santo perdeu no domingo, dia 20 de agosto de 2006, o ex-Senador Moacyr Dalla, de quem fui não somente colega, mas também amigo no Congresso Nacional, onde ele se destacou pela firme defesa que sempre fez dos interesses do seu Estado, sobretudo os da cafeicultura e dos produtores rurais em geral. Depois de ter sido eleito Deputado Estadual por três vezes, ele veio para o Congresso Nacional, primeiro como Deputado Federal, depois como Senador, tendo chegado à Presidência do Senado, cabendo-lhe, em consequência, presidir as sessões do Congresso Nacional. Foi ele quem presidiu as duas sessões que marcaram a volta do País ao regime democrático: a da votação da Emenda das “Diretas já”, do saudoso Dante de Oliveira, em 1984, e a da eleição de Tancredo Neves, em 1985. Apesar de pertencer ao partido governista, Moacyr Dalla portou-se com isenção. Aliás, orgulhava-se de ter-se comportado “como magistrado”, apesar de ser “homem de partido”. É justa, portanto, a homenagem póstuma que ora proponho.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 946, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo naufrágio da embarcação “Quatro Netos”, ocorrido no dia 18 de agosto de 2006, no rio Solimões, deixando uma pessoa morta e duas desaparecidas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Pesar pelo naufrágio da embarcação “Quatro Netos”, ocorrido no dia 18 de agosto de 2006, no rio Solimões, causando a morte de Ricardo Porto Barcala Batista, integrante da Diretoria-Geral do Banco do Brasil S.A. e o desaparecimento de Paulo César Nardine, também funcionário do Banco do Brasil S.A., em Brasília, e de Gisele Gomes de Oliveira, encarregada da cozinha da embarcação.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Ricardo Porto Barcala Batista e que às famílias dos desaparecidos, Paulo César Nardine e Gisele Gomes de Oliveira, sejam transmitidos votos de solidariedade e de esperança. E que esses votos sejam levados ao conhecimento também da Diretoria-Geral do Banco do Brasil S.A.

Justificação

O barco “Quatro Netos”, de 16 metros de comprimento e capacidade para 32 passageiros, havia sido contratado para pescaria artesanal e levava a bordo sete pessoas, quatro das quais altos funcionários do Banco do Brasil S.A., três de Brasília e um de Manaus. Por volta das 20h30 de sexta-feira, dia 18 de

agosto de 2006, quando navegava pelo rio Solimões, nas proximidades de Iranduba, a 30km de Manaus, a embarcação foi colhida por forte ventania e, segundo relato dos sobreviventes, emborcou, não dando tempo para as pessoas a bordo vestirem os coletes salva-vidas. Conseguiram salvar-se o comandante do barco, José Cordeiro Bentes, o tripulante Jessé Felipe de Magalhães e dois funcionários do Banco do Brasil S.A.: David Eduardo Eller, de Manaus, e Rubens Cardoso Silva, de Brasília. Ricardo Porto Barcala Batista não conseguiu sair da embarcação. Seu corpo foi retirado pela equipe de resgate da Marinha. Um funcionário do Banco do Brasil S.A., Paulo César Nardine, e a cozinheira Gisele Gomes de Oliveira foram dados como desaparecidos.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2006

Requeiro Voto de Aplauso ao jornalista Jaime Sirotsky agraciado com o Título de Sócio Honorário da Associação Nacional de Jornais na abertura do 6º Congresso Brasileiro de Jornais, promovido pela entidade, da qual o homenageado é Presidente, pelas oportunas afirmações em defesa da liberdade de expressão no Brasil.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao jornalista Jaime Sirotsky, Presidente da Associação Nacional de Jornais pela segunda vez, e ontem, na abertura do 6º Congresso Brasileiro de Jornais, agraciado com o Título de Sócio Honorário da ANJ.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à diretoria da Associação Nacional de Jornais.

Justificação

No momento em que iniciativas ensaiadas pelo atual Governo representam ameaça à liberdade de expressão no Brasil, o jornalista Jaime Sirotsky, Presidente pela segunda vez da Associação Nacional de Jornais, sai em defesa dos postulados da democracia. O jornalista fez categóricas afirmativas na solenidade inaugural do 6º Congresso Brasileiro de Jornais, em São Paulo, na presença do Presidente da República. São dele essas palavras: “uma mídia independente permite o combate à corrupção. Nos regimes autocráticos, as mazelas não aparecem porque ficam mais escondidas”. Já o Presidente Lula fez discurso para reafirmar seu compromisso pessoal e de governo com a liberdade de imprensa e ressaltou que essa liberdade

está ligada ao compromisso com a verdade, frases que destoam do projeto em estudos no PT e revelado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, para, num suposto segundo mandato petista, alterar ‘democratizar’ a comunicação, com o incentivo à criação de meios independentes de grandes grupos econômicos. A iniciativa, que seria subordinada a uma secretaria ligada à Presidência da República, está sendo interpretada como projeto para controle da mídia brasileira pelo Governo. Por tudo isso e pelos méritos pessoais de Jaime Sirotsky, é justo o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 948 DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao paleontólogo Alexander Kellner e aos seus colegas e colaboradores do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, pela remontagem do esqueleto fossilizado de maior dinossauro já descrito no Brasil.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao paleontólogo Alexander Kellner e a seus colegas e colaboradores do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Departamento Nacional de Produção Mineral—DNPM, pela remontagem do esqueleto fossilizado do maior dinossauro já descrito no Brasil.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do paleontólogo Alexander Kellner e, por seu intermédio, aos seus colaboradores, bem como à Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro e à Diretoria do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Justificação

Remontado no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o esqueleto de um gigantesco dinossauro foi apresentado ao público pelo paleontólogo Alexander Kellner e sua equipe. Com 13 metros de comprimento, nove toneladas e estimados 80 milhões de anos, o *Maxakalisaurus topai*, segundo a equipe, e o maior dinossauro descrito no País. Ao lado da réplica de resina, o público pode ver também alguns dos fósseis reais. Para Keller esse e, com certeza, o maior dinossauro brasileiro “com nome e sobrenome científicos”. Há fósseis maiores, mas ainda não devidamente estudados. A descrição do animal está na edição deste mês da revista científica **Boletim do Museu Nacional**. Quatro dinossauros do mesmo

do grupo, o dos titanossauros, já tinham sido identificados no Brasil. Todos foram encontrados no conjunto geológico conhecido como “Grupo Bauru”, que abrange áreas de São Paulo e Minas Gerais. O dinossauro agora remontado teve seus fósseis encontrados na cidade de Prata (MG). Seu esqueleto maciço foi descoberto durante a construção de uma estrada. Foram necessários quatro anos de trabalho para extrair seis toneladas do matenal fóssil. “Somente as vértebras dorsais pesavam uma tonelada”, disse Kellner. Por esse importante trabalho, o paleontólogo Kellner e sua equipe são merecedores da homenagem que estou propondo.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB-ES)

– A Presidência encaminhará os Votos Solicitados.

Os Requerimentos vão ao arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 949, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à Petróleo Sabbá/Shell, pela decisão de fazer novos investimentos no Estado do Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso à Petróleo Sabbá/Shell pela anunciada decisão de, até 2008, aumentar em R\$4 milhões seus investimentos no Estado do Amazonas, criando, assim, mais empregos para a população.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Diretoria da Petróleo Sabbá/Shell e ao Presidente da Shell do Brasil, Sr. Vasco Dias.

Justificação

Num Estado estratégico e carente de investimentos e de empregos, como o Amazonas, a notícia de novos investimentos e sempre muito bem-vinda. É assim que recebo o anúncio feito pelo presidente da Shell do Brasil, Sr. Vasco Dias, de que a Petróleo Sabbá/Shell ampliará sua atuação no Estado, investindo mais R\$4 milhões até 2008. O anúncio foi feito recentemente, em Manaus, durante as comemorações do 35º aniversário de criação da Petróleo Sabbá/Shell. Metade dos investimentos, segundo notícia publicada pelo jornal **A Crítica**, edição de 19-8-2006, se destinara a construção de oito postos de gasolina, quatro deles ainda este ano. Com a ampliação da rede de postos, serão criados cerca de 100 empregos diretos. É justa, portanto, a homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB-ES).

O Requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 950, DE 2006

Requer Voto de Aplauso aos patinadores-mirins de Sobradinho/DF, Emerson dos Santos e Tiago Silva Nascimento, de 10 e 9 anos de idade, classificados em primeiro lugar na 15ª Maratona de Patinação de New York, realizada no dia 26 de agosto de 2006, bem como, à Professora Tuca Reichert, que preparou os jovens atletas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso aos patinadores-mirins de Sobradinho/DF, Emerson dos Santos e Tiago Silva Nascimento, de 10 e 9 anos de idade, classificados em primeiro lugar na 15ª Maratona de Patinação de New York, realizada no dia 26 de agosto de 2006, bem como à Professora Tuca Reichert, que preparou os jovens atletas.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento da Professora Tuca Reichert e, por seu intermédio, aos patinadores-mirins de Brasília.

Justificação

Foi a primeira vez que a já tradicional Maratona Mundial de Patinação, que há 15 anos se realiza em Nova York, incluiu a participação de crianças. E os campeões tinham que ser de Brasília, líder absoluta nessa modalidade esportiva no Brasil. Os vitoriosos foram dois patinadores-mirins, Tiago Silva Nascimento, de 9 anos, e Emerson dos Santos Nogueira, de 10 anos de idade. Os dois são meninos carentes e moram na cidade-satélite de Sobradinho. Ambos foram descobertos pela Professora Tuca Reichert, que dá aulas de patinação em Brasília, responsável pela formação de centenas de patinadores. Diversos de seus alunos já participaram das Maratonas de Minnesota e de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Paralelamente às aulas que ministra no Parque da Cidade, Tuca desenvolve um programa de incentivo a menores carentes, treinando-os nessa modalidade esportiva. Este ano, ela “descobriu” que dois desses alunos-mirins reuniam condições para competir. Saiu a luta, obteve recursos para o deslocamento dos menores, que voltaram com o título de campeões na categoria infantil. Hoje, orgulhosamente eles exibem as medalhas e os certificados conquistados em Nova Iorque. Maior orgulho, porém, é o da Professora Tuca e, por consequência, de Brasília, cenário por excelência de patinação no País.

É, pois, merecido o Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, DE 2006

Acrescenta art. 2º-A à Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, e art. 1º-A à Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, e art. 2º-D, à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para permitir a concessão dos benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e Vale – Transporte aos trabalhadores desempregados, durante o período de frequência a curso de capacitação, readaptação ou reciclagem, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A. Os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) serão concedidos, por um período de até seis meses, a cada trinta e seis meses, aos trabalhadores desempregados que estejam freqüentando cursos de capacitação, readaptação ou reciclagem em entidades voltadas à educação para o trabalho, credenciadas junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

§ 1º O benefício de que trata o **caput** deste artigo será concedido diretamente pelas entidades credenciadas e as despesas serão ressarcidas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

§ 2º Caberá ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) o estabelecimento, mediante resolução das demais condições indispensáveis ao recebimento do benefício de que trata este artigo e ao ressarcimento dos valores despendidos.”

Art. 2º A Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1º-A:

“Art. 1º-A. O Vale-Transporte será concedido, por um período de até seis meses, a cada trinta e seis meses, para os trabalhadores desempregados que estejam freqüentando cursos de capacitação, readaptação ou reciclagem em entidades voltadas à educação para o trabalho, credenciadas junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

§ 1º O benefício de que trata o **caput** deste artigo será concedido diretamente pelas entidades credenciadas e as despesas serão ressarcidas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

§ 2º Caberá ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) o estabelecimento, mediante resolução, das demais condições indispensáveis ao recebimento do benefício de que trata este artigo e ao ressarcimento dos valores despendidos.”

Art. 3º A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-D:

“Art. 2º-D. Os cursos de capacitação, readaptação ou reciclagem, em entidades credenciadas pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, o Vale-Transporte e a concessão dos benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador – FAF, destinados aos trabalhadores desempregados, serão custeados integralmente com recursos do FAT, vedada a cobrança de qualquer despesa ou taxa dos trabalhadores beneficiados.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990, que instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), prevê a utilização do Programa de Seguro Desemprego para “auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional” (inciso II do art. 2º). Como se pode ver, o referido fundo inclui a educação para o trabalho como um de seus objetivos. Nesse aspecto, entretanto, consideramos existente uma lacuna na legislação. Trata-se da inclusão dos trabalhadores desempregados nos programas de alimentação e concessão de Vale-Transporte, para que possam freqüentar cursos de capacitação, readaptação ou reciclagem.

Nossa proposta objetiva preencher essa lacuna. Um dos grandes problemas do mercado de trabalho atual é a inexistência de trabalhadores capacitados para ocupar as vagas criadas pela aplicação de novas modalidades de trabalho e novas tecnologias. Além disso, o trabalhador que não se reciclar ou não se adaptar às novas demandas é um forte candidato ao desemprego continuado.

Sendo assim, são necessárias políticas públicas que enfrentem esse problema. De nada adianta oferecer cursos de capacitação se o trabalhador não tiver condições de deslocamento para o local da realização das aulas ou condições de se alimentar decentemente. A concessão do Vale-Transporte e de um auxílio alimentar são, portanto, necessárias e complementares aos programas de educação para o trabalho.

Usufruindo desses benefícios, os resultados educacionais serão ampliados. A freqüência às aulas e o interesse dos trabalhadores receberão estímulos que, certamente

redundarão em benefícios para toda a sociedade. A própria família do trabalhador desempregado receberá um apoio fundamental durante esse período de passagem para um novo emprego. Em melhores condições psicológicas e físicas, o trabalhador estará também mais bem preparado para enfrentar os processos de seleção para as vagas ofertadas e a maratona que, via de regra, precisa enfrentar para conseguir um emprego formal.

Este projeto prevê a concessão dos referidos benefícios diretamente pelas entidades responsáveis pela realização dos cursos, com ressarcimento integral e posterior das despesas, a cargo do FAT. Consideramos, também, necessário vedar a cobrança de qualquer taxa ou o repasse de qualquer custo para os trabalhadores beneficiados.

Finalmente, caberá ao Codefat, conselho que delibera sobre a utilização das verbas do FAT, fixar, mediante resolução, as condições necessárias para a concessão dos benefícios e para o ressarcimento a ser feito aos entes educativos credenciados para esse fim junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego.

Creemos que a aprovação desta iniciativa interessa a todos, trabalhadores e empregadores. Há recursos disponíveis e nada justifica a omissão do Estado neste assunto. Esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2006. – Senador **Marcos Guerra**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.321, DE 14 DE ABRIL DE 1976.

Dispõe sobre a dedução, do lucro tributável para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art 2º Os programas de alimentação a que se refere o artigo anterior deverão conferir prioridade ao atendimento dos trabalhadores de baixa renda e limitar-se-ão aos contratos pela pessoa jurídica beneficiária. (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 24.8.2001)

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho articular-se-á com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN, para efeito do exame e aprovação dos programas a que se refere a presente Lei.

.....

LEI Nº 7.418, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1985.

Institui o Vale-Transporte e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º Fica instituído o Vale-Transporte, que o empregador, pessoa física ou jurídica, poderá antecipar ao trabalhador para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, mediante celebração de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho e, na forma que vier a ser regulamentada pelo Poder Executivo, nos contratos individuais de trabalho.~~

Art. 1º Fica instituído o vale-transporte, (Vetado) que o empregador, pessoa física ou jurídica, antecipará ao empregado para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais. (Redação dada pela Lei nº 7.619, de 30.9.1987)

§ 1º - Equiparam-se ao trabalhador referido no caput deste artigo, para os benefícios desta Lei, os servidores públicos da Administração Federal direta ou indireta. (Vide Medida Provisória nº 2.165-36, de 23.8.2001)

~~§ 2º - A concessão do Vale Transporte cessará caso a convenção coletiva ou o acordo coletivo de trabalho não sejam renovados ou prorrogados. (Parágrafo revogado pela Lei nº 7.619, de 30.9.1987)~~

§ 3º (Vide Medida Provisória nº 280, de 2006)

.....

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990.

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 2º O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade:

.....

Art. 2º-C O trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada, conforme o disposto no § 2º deste artigo. (Artigo incluído pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

§ 1º O trabalhador resgatado nos termos do **caput** deste artigo será encaminhado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para qualificação

profissional e recolocação no mercado de trabalho, por meio do Sistema Nacional de Emprego - SINE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

§ 2º Caberá ao CODEFAT, por proposta do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, estabelecer os procedimentos necessários ao recebimento do benefício previsto no **caput** deste artigo, observados os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT, ficando vedado ao mesmo trabalhador o recebimento do benefício, em circunstâncias similares, nos doze meses seguintes à percepção da última parcela." (NR) (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

.....

(Às Comissões de Assuntos Econômicos, e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O projeto que acaba de ser lido vai às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – A Presidência recebeu o Aviso nº 32, de 2006 (nº 1.084/2006, na origem), de 29 do corrente, do tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório de suas Atividades referente ao 2º trimestre de 2006.

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou participar hoje à tarde, na sede da CNTC, de um debate promovido pela Cobap com os presidenciáveis.

A Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas quer muito conhecer a posição dos candidatos à Presidência da República com relação a diversos temas, como reforma tributária, reforma previdenciária, reforma sindical e reforma trabalhista, esta última com possibilidade de ocorrer num futuro próximo, conforme circula em todo o País.

Acho interessante a iniciativa da Cobap, porque os idosos de nosso País precisam, cada vez mais, saber claramente quais são as posições, os programas

e as idéias de nossos governantes, no caso específico aqueles que se apresentam como candidatos à Presidência da República. Sei que nem todos os Senadores poderão comparecer – muitos têm problemas com a agenda –, mas eu estarei lá, dando a minha contribuição a esse debate. Eles farão uma exposição, e eu estarei lá como debatedor dos temas aqui listados por mim.

O País todo sabe da possibilidade de fazermos, no próximo ano ou – quem sabe? – no ano posterior a ele, amplo debate sobre esses temas. Ouvi o Senador Renan Calheiros dizer, numa entrevista, que vai receber hoje à tarde o Ministro Tarso Genro, que falará do Governo de coalizão. O Senador Renan Calheiros dizia que quer também levantar o debate das reformas. Eu acho que é muito bom, pois não devemos temer nenhum tipo de debate. Eu mesmo falei ontem, aqui, da minha visão de uma nova estrutura da reforma da Previdência, eliminando o famigerado e condenado por mim – durante mais de oito anos, falo nesse tema – fator previdenciário.

Sr. Presidente, nessa reunião com aqueles que estiverem lá – respeito os que não puderem, pois sei que suas agendas são muito dinâmicas e que eles são chamados em todo o País –, levantarei também o tema do pacto federativo, a possibilidade de que ele venha ou não da própria renegociação das dívidas dos Estados. Cito como exemplo o meu próprio Estado, que está em

uma situação quase de falência, tendo em vista o que o Estado tem de pagar à União todo ano.

Não há dúvida de que a sociedade brasileira hoje está fazendo esse debate. Em todos os partidos políticos, existe essa discussão. Com certeza, o debate será de alto nível.

Sr. Presidente, outros temas serão levantados nessa reunião, como a segurança pública e a educação. Quando eu tratar da educação, perguntarei aos presidentes qual a posição deles quanto ao ensino técnico profissionalizante, no qual aposto muito, pois entendo que essa é a maneira real e objetiva de nossos jovens se prepararem, já no 1º e no 2º graus, para o 3º grau, saindo do ensino médio com uma profissão que lhes permitirá sua formação cidadã. Sempre digo que tenho muita satisfação em ter tido minha formação básica em uma escola técnica. Sei que outros, como o Presidente Lula, também passaram por escolas técnicas.

Quero também saber qual a visão dos nossos candidatos, Sr. Presidente, no que tange à universidade, mas na ótica da universidade para todos, a universidade livre, pública e gratuita. Claro que sei que não vamos conseguir, em quatro, oito, dez ou mesmo doze anos, assegurar a todos os jovens do Brasil universidade gratuita, mas, pelo menos, apontar o caminho da universidade gratuita principalmente para os alunos que venham das escolas públicas.

Tenho falado muito da minha visão sobre a Previdência, que entendo tem de ser universal, igual para todos, que não tem de haver diferença entre a previdência do trabalhador da área privada e a do servidor público. Tenho reafirmado também minha posição quanto à não-redução dos vencimentos, à paridade, à igualdade, à integralidade. Falei ontem sobre esse tema e, naturalmente, não vou repeti-lo hoje. Mas acho fundamental a gestão quadripartite com poder deliberativo e a definição, com muita precisão, de quais são os percentuais destinados à Previdência daquelas contribuições que os Constituintes – e eu estava lá – apontaram para a seguridade: faturamento, lucro, CPMF, tributação sobre a especulação financeira, jogos lotéricos e tantos outros. Mas não está dito qual o percentual exato que deve ir para a Previdência. Então, pretendemos também apontar caminhos que decidam essa questão.

Sr. Presidente, temos andado muito pelo nosso Rio Grande, acompanhando nossos candidatos da Frente Popular, e percebo que há certa indignação da população contra os políticos. Entendo que só há uma forma de mudarmos esse olhar de certa indignação contra o Congresso Nacional. Basta, Sr. Presidente, sem sombra de dúvida – quero repetir essa afirmação –, mudarmos a forma da discussão do Orçamento da União. É inadmissível sabermos que o Orçamento da União, da forma

como é discutido, permite tudo isso que vem acontecendo, falcaturia, corrupção, desvio de verbas, e não mudarmos a forma de elaborar o Orçamento. Sempre digo que, no meu entendimento, não deveria haver nem emenda individual e muito menos emendas coletivas, as chamadas emendas de Bancada, que vão na mesma linha. Basta que a pressão de algum grupo se faça nas reuniões de Bancada, e prevalece aquela visão e não a vontade verdadeira, eu diria, da população dos Estados.

Dizia também, Sr. Presidente, e quero repetir hoje: não consigo entender como brincamos com as medidas provisórias. Não me lembro, nos últimos dez anos, de uma única vez que uma Comissão Mista tenha se reunido para discutir medida provisória. O Presidente encaminha, o Congresso faz de conta que, na Comissão Mista, se faz um debate para saber se é urgente, se é relevante, se é constitucional. Mas não se faz, e ela acaba vindo ao plenário, e aqui é que é dado sempre o parecer. Se não funciona, o sistema tem que mudar. Não dá mais para ficar dando uma de avestruz, que enfia a cabeça na areia para ver se a tempestade passa, mas a tempestade não passa e acaba batendo nele.

Por isso tudo, Sr. Presidente, gostaria muito que fizéssemos também o debate da chamada reforma política. Não tenho nenhuma dúvida da forma como se está dando essa disputa eleitoral. Percebo, no meu Estado, alguns candidatos gastando cinco, seis milhões para chegar à Câmara Federal. Não tem lógica! Para o Senado, falam em dez, doze, quatorze milhões. Não tem sentido! Alguém está financiando. E quem financia vai cobrar no futuro. Por isso, Sr. Presidente, entendo que temos de aprofundar a questão do financiamento público das campanhas. É fundamental.

A população, às vezes, não entende este debate, mas eu insisto. Não pensem que esses milhões, milhões e milhões não estão saindo de algum lugar. Quem está pagando é a população. Não existe uma máquina de imprimir dinheiro. De algum lugar, o dinheiro sai. E a população paga para que os seus representantes venham para cá e, conseqüentemente, aprove projetos na linha do interesse deles. Quem paga no final é a população. Todas as vezes que um imposto aqui é aprovado, os que têm o poder, os que trabalham, por exemplo, na venda dos produtos, transferem a carga tributária para o preço final do produto. E quem paga é o consumidor. Qualquer tributo que aqui aprovarmos, quem pagará, no fim da linha, será sempre o consumidor.

Por isso, Sr. Presidente, insisto em falar da importância da reforma tributária. Precisamos de uma reforma que, efetivamente, não permita que o consumidor seja o pato da história, ou seja, aquele que paga as contas de todos.

Era isso o que eu queria dizer.

Agradeço à Senadora Ideli Salvatti por ter permitido que eu falasse por dez minutos. Neste momento, vou me dirigir ao congresso da Cobap.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Senador Paulo Paim, peço a V. Ex^a que presida a sessão para que eu possa fazer meu pronunciamento. Em seguida, a Senadora Ideli Salvatti fará uso da tribuna.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, hoje eu só vim com notícias boas do meu Estado. Enquanto V. Ex^{as} trocam de posto, quero fazer um registro. Santa Catarina é o primeiro Estado do Brasil a atingir a meta do programa Bolsa-Família. A Pesquisa Nacional de Domicílio apontou 143.000 famílias abaixo da linha da pobreza no meu Estado. Hoje, são atendidos pelo programa Bolsa-Família 146.000 domicílios. Portanto, conseguimos atender, até com uma pequena margem acima, mais famílias situadas abaixo da linha de pobreza.

Santa Catarina foi também o Estado que mais informou os índices de frequência escolar. Temos 98% das crianças cujas famílias são atendidas pelo Bolsa-Família frequentando a escola. Esses 98% estão bem acima da média nacional, situada em 79%.

Portanto, gostaria também de deixar aqui registrados os parabéns pela eficiência que a parceria, no caso do programa Bolsa-Família, em Santa Catarina, tem tido como resultado.

O Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT – RS) – Será registrado nos Anais da Casa o seu documento.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Marcos Guerra, que dispõe do tempo que assim entender necessário para fazer o seu pronunciamento.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senadoras e Senadores, na semana passada, usei esta tribuna para relatar as dificuldades que alguns setores da economia brasileira vêm enfrentando, que são setores que geram mão-de-obra de forma intensiva. Não quero, mais uma vez, aqui falar sobre crescimento dos países vizinhos, dos países emergentes. Era para o Brasil estar crescendo junto com esses países. É uma década em que os países ricos não estão crescendo, a exemplo da Europa, mas os países emergentes, sim, e o Brasil, infelizmente, não está

acompanhando o crescimento desses principais países, a exemplo de China, Índia, o nosso vizinho Argentina, e corremos o risco de termos uma década perdida.

Mas eu quero falar sobre os segmentos de vestuário e têxtil, moveleiro e calçadista. Recentemente a CNI fez uma pesquisa com 26 segmentos industriais. Somente cinco setores cresceram no País.

O setor moveleiro emprega mão-de-obra de forma intensiva. São dezesseis mil e quinhentas fábricas no País, número esse que chega a dobrar quando somamos as empresas informais. É um setor que emprega trezentas mil pessoas no Brasil. No meu Estado praticamente toda a matéria-prima utilizada no setor provém de florestas renováveis de eucalipto e pinus. Então é um setor que trabalha ecologicamente correto. E no primeiro semestre deste ano já houve uma redução de 9% na sua produção, 11% nas exportações e 12% na oferta de emprego. No período de 2002 a 2004, as exportações dobraram. Este ano de 2006, a previsão da Abimovel é de uma redução na casa de 16% – palavra do Presidente Domingos Rigoni.

Nesse setor – repito, Sr. Presidente, porque acho que temos que repetir as coisas que devem ser ouvidas e analisadas – para gerar um único emprego o investimento gira em torno de dez mil reais. Com poucos recursos consegue gerar bastante emprego.

O setor têxtil e de confecção – e incluo aqui o setor calçadista – enfrenta os mesmos problemas. O setor têxtil e de confecção, em 1990, gerava 2 milhões, 950 mil empregos. Este ano está gerando 1 milhão, 650 mil empregos – uma redução de 44%. A previsão, Senador Paulo Paim, para 2010 é que esse setor venha gerar somente 944 mil postos de trabalho. Então, nós vamos ter uma redução de 43%.

O setor do vestuário, principalmente de confecção e o calçadista estão presente em todos os Estados brasileiros. Eu considero essa a maior interiorização do emprego. Em Estado de São Paulo, há pólos importantes no Braz e no Bom Retiro. Em Santa Catarina, o Vale do Itajaí é muito forte em confecção também. Há indústrias no Paraná, no Ceará... Praticamente em todo o interior do Ceará há fábricas de confecções. No meu Estado, o Espírito Santo, nós temos cinco pólos de confecção, que ficam em Vila Velha, Cachoeiro, Linhares, São Gabriel da Palha e Colatina. Em Colatina e São Gabriel da Palha, um quarto dos empregos é gerado pelas fábricas de confecção.

Então, imagina, Sr. Presidente, a aflição desses Municípios, desses Estados, desses empresários, quando recebem a informação da sua entidade maior de que a luz vermelha está acesa.

Temos aqui vizinho o Estado de Goiás. Goiânia é um grande pólo de confecção. Também o São Minas Gerais e Pernambuco, onde ficam a cidade de Santa Cruz do Capibaribe e a de Turitama.

Trata-se de um setor, Sr. Presidente, como outros da economia industrial – e falo aqui com muita propriedade porque o represento – em que com R\$8,5 mil gera-se emprego. Noventa e oito por cento das confecções são microempresas.

Temos o Simples federal, que, aparentemente, ajuda a microempresa. Quando a microempresa está comprando do grande produtor, da empresa de médio porte, está comprando a uma alíquota de 7,6% de Cofins, 1,65% de PIS, como V. Ex^a estava dizendo ainda agora da tribuna, está comprando o ICMS que aquela empresa paga no Estado de origem. E essa empresa não recebe esse crédito. Assim ela paga e descuida.

Então, Sr. Presidente, para ajudar a micro e a pequena empresa, nós temos que agilizar o processo, aqui no Congresso Nacional, da Lei Geral da Microempresa, que, infelizmente, está parada. Temo, Sr. Presidente, que ela seja muito modificada em relação à forma que foi apresentada aqui pelo Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Então, Sr. Presidente, o setor de vestuário – incluo aqui, neste momento, o de calçados – com 8.500 reais gera emprego; o moveleiro, com 10 mil reais, gera emprego; já o setor petroquímico, de celulose, mineração, petróleo e gás, para gerar um único emprego exige um investimento médio de R\$2 milhões. A exemplo disso, Sr. Presidente, temos aqui na Casa uma medida provisória pedindo um empréstimo de 5,6 bilhões para a Petrobras Transporte S/A (Transpetro), tendo sido já dito por diversas vezes aqui nesta Casa que irão gerar em torno de 22 mil postos de trabalho. Então, é só fazer a conta, que se acha ali investimento praticamente de R\$2 milhões, um pouco mais, para gerar um único emprego. Não que não seja importante esse empréstimo, mas o que quero chamar a atenção, Sr. Presidente, é para o problema de que esses setores – mais alguns outros – têm que ser observados pelo Governo Federal, e infelizmente não o são. Recentemente, eu e o Presidente – além da Senadora Ideli, que também estava presente – estivemos no setor têxtil e o setor de confecção, mostrando para o Presidente a angústia desse setor. O Presidente disse que ia tomar algumas providências. Depois gostaria de ouvir da Senadora Ideli Salvatti a esse respeito, porque ficou acordado que se criaria uma Secretaria – alguma coisa assim – para discutir a sobrevivência desse setor.

Chamo a atenção, Senadora, para um fato: naquele momento foram relatados vários pontos que prejudicam o setor, dentre os quais a importação, principalmente a ilegal, o contrabando. Infelizmente, no Brasil, quando se prende um produto nos portos, esse produto vai a leilão. O correto, Sr. Presidente, seria queimá-lo. O procedimento correto, quando se recebem contêineres de tecidos, de confecções, é queimar o produto, que entra

no País praticamente com 10% do seu valor de origem. Então, se o produto for a leilão com o dobro do preço, duas ou três vezes mais, estará ainda infinitamente mais barato do que a mercadoria comercializada aqui no Brasil. Então, o correto é queimar o produto, tendo em vista não tomar postos de trabalho dentro do Brasil. A Nação não perde nada com esse procedimento, que deve ser adotado para todos os produtos que entram de forma ilegal no País. Muitas vezes, Sr. Presidente, o produto é arrematado pelo próprio dono que o importou ilegalmente. Esse foi um dos pedidos que fizemos. Pedimos a desoneração da cadeia produtiva do setor que historicamente, Senadora Ideli Salvatti, não é pagador de imposto, mas gerador de emprego. Para se ter uma idéia, na indústria de confecções, 34% de tudo que é vendido vai para a folha de pagamento. Então é um setor que representa a mão-de-obra. Praticamente 75% do quadro de funcionários é composto por mulheres, que, muitas vezes, têm um nível de escolaridade baixo, por pessoas mais idosas, muitas vezes discriminadas pelo comércio e por outros segmentos da economia. A confecção absorve essa mão-de-obra.

Sr. Presidente, trago mais uma vez este assunto à tribuna – e quero trazê-lo novamente em outras ocasiões – porque não podemos deixar um setor dessa magnitude acabar no País. Em alguns momentos, vejo brigas entre Governos, entre Prefeitos, até mesmo o Presidente da República incentivando empresas a virem para o Brasil gerar emprego. Os Governos incentivam grandes plantas para seus Estados, muitas vezes com investimentos altíssimos, mas esquecem de trabalhar segmentos tão importantes como do vestuário, o calçadista e o moveleiro. Brigam para trazer novas empresas aos seus Estados e Municípios e deixam as que ali estão instaladas definharem e morrerem.

Ouvi dizer que o Brasil é o País onde mais se criam empresas; ou seja, aqui o número de novas empresas é muito grande. Mas eles se esquecem, Sr. Presidente, de falar que o fechamento de empresas também é muito grande. Hoje, há um bom número de empresas que nascem e morrem no período de cinco anos. Praticamente todas estão ligadas a esses segmentos que geram emprego de forma intensiva.

Chamo a atenção para um outro ponto, que ocorre principalmente no setor de confecção. Como se trata de um setor em que a mão-de-obra representa em torno de 34% sobre o valor da venda da empresa, sofre com alguns pontos. Por exemplo, em empresa de médio porte, temos ali o menor aprendiz que representa de 5% a 15% da folha. Tem-se de incluí-los como menores aprendizes. Dados como esses, muitas vezes, também maquiavam a geração de emprego no País, porque a confecção é um setor que emprega muito. Uma empresa com 100 fun-

cionários tem de incluir de 5 a 15 menores aprendizes, com idade mínima de 14 anos, que são considerados empregados da empresa, só que não trabalham na empresa. Chamo atenção para esse ponto.

Esses segmentos também pagam custo alto por serem grandes geradores de emprego. É um setor que consome muita energia elétrica. O Brasil todo sabe que o que mais sobe neste País é energia elétrica. No meu Estado, por exemplo, numa região, a energia subiu mais de 40%. Isso prejudica – e muito – o setor industrial, principalmente o ceramista, porque praticamente 10% do que esse setor vende é relacionado a energia elétrica.

Sr. Presidente, retornei a esta tribuna hoje para fazer mais este apelo, não só ao Governo, mas também a esta Casa, e a V. Ex^a, que sempre defendeu aqui no Senado os segmentos que realmente precisam de atenção. Convoco V. Ex^a a também levantar essa bandeira. Tenho certeza de que no seu Estado existem muitas indústrias de confecções, muitas indústrias de calçados. Não vamos esperar que esses setores acabem para, somente depois, correremos atrás; não.

Tive notícia recentemente de um importador de máquinas do meu Estado, do Espírito Santo, que está entrando no Brasil um número muito grande de máquinas têxteis, de máquinas de confecção usadas. Isso reflete, Sr. Presidente, também, a crise do setor. Enquanto o mundo está investindo em novas tecnologias, o setor, para sobreviver – algumas empresas, lógico –, está importando máquinas usadas para continuar no mercado.

Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a pediu um aparte; concedo-o com muito prazer.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Marcos Guerra, quero confirmar que estivemos juntos naquele evento, não apenas com o Presidente Lula, mas com toda a área econômica do Governo, com quatro Ministros presentes. O setor têxtil e de confecções emprega muito e está presente em praticamente todas as regiões do País. Em Santa Catarina, como V. Ex^a registrou, temos indústrias de ponta, exportadoras, marcas famosíssimas não só no Brasil como no exterior, e o setor está efetivamente muito preocupado porque esta é uma situação muito delicada. Registro apenas que mudanças para dar tratamento diferenciado em termos tributários de um setor para outro não são possíveis de serem feitas rapidamente. Elas têm um tempo de maturação. É necessário fazer todos os estudos, as projeções da questão tributária, da desoneração, do quanto diminuirá ou não. E também porque, quando é feita mudança na área tributária em um setor, em seguida aparecem outros setores que vão querer, nada mais justo, um tratamento também diferenciado. Até porque são questões que se abatem sobre o setor têxtil, de confecção, que têm a ver com a questão do dólar, com o contrabando, que não são exclusivas desse

setor. Durante todo o processo, acompanhamos o setor de materiais de construção, que acabou tendo uma desoneração da cesta básica dos produtos mais utilizados pela população de baixa renda, e o resultado já está estampado nas manchetes de alguns jornais. Por exemplo, houve o crescimento de 6,1%, no primeiro semestre, de mão-de-obra contratada legalmente, com carteira assinada, no setor da construção civil. Portanto, em setores como o da construção civil e da indústria têxtil, qualquer medida adotada tem uma rápida repercussão, um efeito bastante significativo. Tenho certeza absoluta disso, e não poderia ser diferente porque o Vice-Presidente da República é um industrial da área têxtil.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – O Vice-Presidente José Alencar esteve presente na reunião também, junto conosco.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Tenho certeza absoluta de que o setor têxtil merecerá providências, por se tratar de um setor que tem um dos maiores índices de pessoas empregadas. Por exemplo, algumas operações vêm sendo feitas no sentido de combater o contrabando. Houve uma operação grande da Polícia Federal em relação a questões de importação, que têm repercussão nesse setor. Os empresários da área têxtil em Santa Catarina ficaram muito satisfeitos em perceber movimentação e ação na Polícia Federal em relação a uma reivindicação forte por parte deles, para combater o contrabando, a entrada subfaturada ou superfaturada de produtos e algo que se costuma fazer muito com os contêineres: registra-se que se está trazendo um determinado produto, mas, dentro dos contêineres, está outro tipo de produto que faz uma concorrência de “terra arrasada” com os produtos brasileiros. Por isso, parabeno V. Ex^a por trazer este assunto à tribuna. V. Ex^a pode ter certeza de que este é um assunto que está na pauta da área econômica e da área que atende a setores produtivos que precisam de um tratamento diferenciado para não sofrerem as consequências de determinadas questões. Algumas dessas questões estão até fora da nossa governabilidade, como é o caso da forte ofensiva da China. Foi exatamente a área têxtil o primeiro setor em que conseguimos estabelecer barreiras para que a entrada de produtos chineses não continuasse no volume em que estava ocorrendo no período mais recente.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senadora. V. Ex^a citou a China. Em março de 2008, vence a salvaguarda da entrada de produtos chineses no País. Precisamos nos unir para assegurar a continuidade dessa salvaguarda.

Quanto à China, chamo a atenção para o fato de que há hoje muitas empresas de calçados, inclusive confecções, que já estão fechando suas fábricas aqui, terceirizando sua marca naquele País e trazendo o pro-

duto para ser comercializado no Brasil de uma forma legal, logicamente. Muitos produtos chineses entram no Brasil para serem vendidos pelos próprios chineses do Brasil, tomando nossos empregos.

Sr. Presidente, o setor de vestuário está presente em todos os Estados da Federação; em 1990, gerou 2.950 empregos; hoje, 1,65 milhão postos de trabalho; previsão para 2010, 944 mil postos de trabalho.

A luz vermelha acendeu. E não podemos esperar – disse a Senadora que é complicado – porque o setor não agüenta mais esperar. Precisamos, urgentemente, Senador Antonio Carlos Magalhães, desonerar a cadeia produtiva desses setores. O custo para a geração de emprego é baixíssimo: em média, R\$ 8,5 mil. E o Governo não tem feito nada para socorrer esse setor. O setor realmente vai acabar se o Governo Federal não lhe der atenção.

Conheço várias regiões da Bahia que têm indústria de confecção e que também estão enfrentando problemas de mercado local. Se não preparamos essas empresas – que também não têm muita cultura exportadora –, a globalização também vai engoli-las. Elas não estão tendo musculatura para concorrer com o produto que está entrando no Brasil.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Marcos Guerra, V. Ex^a tem absoluta razão e faz um discurso importante em relação ao setor têxtil brasileiro. Realmente, se não tivermos como amparar essa indústria, teremos maior número ainda de desempregados.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Com certeza.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – O drama a que V. Ex^a se refere também é vivido na Bahia. E não se encontra mais financiamento para essas indústrias. Inclusive o Banco do Nordeste não as financia. Conseqüentemente, se não agirmos – aliás, sempre demoramos a agir, o que é muito ruim para o Brasil e para o Congresso –, esperando que o Presidente da República faça algo, quando, na realidade, ele não deseja fazer nada. Louvo o discurso de V. Ex^a. Temas como este não podem passar despercebidos da opinião pública brasileira, principalmente do Senado da República. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senador. V. Ex^a citou um ponto que realmente eu tinha me esquecido de citar da tribuna: crédito para o setor. Esse setor não consegue buscar o recurso, porque realmente está perdendo crédito. O Governo só quer emprestar, lógico, para quem paga. E como o setor vem enfrentando esses problemas, ele não consegue saldar as suas dívidas.

Agradeço a V. Ex^a e à Senadora Ideli Salvatti os apertes e ao Sr. Presidente o tempo que me concedeu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Marcos Guerra, como estou presidindo a sessão, não posso apartear-lo. Entretanto, antes de V. Ex^a sair da tribuna, gostaria de dizer que concordo, em grande parte, com o seu pronunciamento. Ficou só um senão que quero, num outro momento, discutir com V. Ex^a. Quando eu era Deputado, apresentei um projeto de lei, dizendo que todos os produtos que chegassem ao Brasil de forma irregular, contrabando ou não, desde que passassem pela fiscalização de um órgão do governo, deveriam ser doados aos pobres.

Lembro-me de uma época em que foram apreendidos aqui milhares e milhares de pares de tênis, e eu fiquei abismado quando efetivamente queimaram aqueles tênis que poderiam ser doados para os pobres.

Mas quero aprofundar o debate, conversando com V. Ex^a nessa linha, a respeito de tecido, tênis, até mesmo alimentação. Se for comprovado que é de qualidade, que ela seja doada e não queimada ou colocada fora.

Enfim, é um debate que faremos em outro momento. Cumprimento V. Ex^a pelo discurso brilhante como sempre.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Obrigado, Senador.

Faço apenas uma justificativa com relação a doação. Fico preocupado quando falamos em doação, porque, muitas vezes, ela não vai chegar à origem. Ela acaba, de uma forma ou de outra, tomando o emprego também. Esse é um ponto que realmente temos de discutir muito. Para tomarmos essa decisão, teríamos que criar uma comissão e, inclusive, chamar as entidades maiores do setor a fim de discutirmos esse assunto em conjunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Ex^a.

Passo a palavra, de imediato, pela ordem de inscrição, à Senadora Ideli Salvatti, que é a primeira inscrita, mas permitiu que eu a antecedesse.

Em seguida, como segundo inscrito, falará o Senador Antonio Carlos Magalhães.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero aqui registrar meu pedido para que sejam incluídos nos Anais da sessão dois ofícios que recebi.

O primeiro deles, da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), solicita a atenção para que, no esforço concentrado da próxima semana, tenhamos a possibilidade de aprovar o projeto de resolução que trata da autorização do endividamento temporário da Petrobras Transporte – Transpetro, para

a contratação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante para financiar o programa de modernização e expansão da frota da referida empresa estatal. Eu gostaria de deixar registrada essa solicitação da Federação das Indústrias do meu Estado, assinada pelo presidente da entidade, Dr. Alcântaro Corrêa.

Recebi também ofício, no mesmo sentido, do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval (Sinaval), assinado pelo Sr. Ariovaldo Rocha, que também solicita a atenção do Senado e a possibilidade de que, no esforço concentrado da próxima semana, também aprovemos o projeto de resolução, tendo em vista a perspectiva que a construção desses 26 navios tem no sentido de retomada e alavancagem da indústria naval brasileira e da criação de cerca de 22 mil empregos diretos.

Preparei algumas questões para trazer à tribuna neste dia. Ontem, Senador Marcos Guerra, infelizmente, quando eu adentrava o plenário, encerraram a sessão. Até brinquei dizendo que poderiam ter-me deixado falar, pelo menos, por dois minutos, mas não foi possível. Por isso, algumas coisas que pretendia dizer ontem falarei hoje.

Tenho tido sempre muito cuidado ao comentar pesquisas. Elas trazem um retrato da realidade, dão uma perspectiva para análise, permitem corrigir rumos, saber como o eleitor está avaliando as propostas, a posição, a correlação entre os candidatos. Trato pesquisas sempre dessa forma, porque elas não substituem o instrumento maior da democracia, que é o voto colocado na urna no dia da eleição pelas brasileiras e pelos brasileiros, mas não poderia deixar de fazer alguns registros acerca dos resultados.

Em primeiro lugar, devo dizer que foi divulgado o resultado da pesquisa Ibope em Santa Catarina e ficamos muito satisfeitos, porque obtivemos, no retrato deste momento, uma reversão no quadro eleitoral no nosso Estado. A candidatura do Presidente Lula estava atrás da do Geraldo Alckmin, mas a atual pesquisa Ibope sinaliza para uma reversão. Tomamos algumas medidas para que isso ocorresse, incluindo a instalação do Fórum Lula Presidente. Estamos atuando dessa maneira na campanha do Presidente Lula em Santa Catarina, tendo em vista que temos pessoas, personalidades, lideranças que estão fechadas com outras candidaturas ao Governo do Estado, mas estão apoiando, estão na campanha do Presidente Lula. Portanto, a forma que construímos em Santa Catarina para conduzir a campanha presidencial foi através do Fórum Lula Presidente, pela reeleição do Presidente Lula.

Penso que isso, conjugado com uma série de outras atividades, incluindo a presença do Presidente, que esteve lá, bem como a presença de alguns Ministros, com atividades muito importantes e de grande repercussão em Santa Catarina, como foi o caso da ida do Ministro da

Educação para inaugurar três novas escolas técnicas, três Cefets – praticamente dobramos, pois, dos três existentes, estamos agora com seis, e o Ministro ainda assinou uma ordem de serviço para a construção do sétimo –, são ações que vão tornando mais clara para a população a ação de governo e o resultado das ações do Governo Federal, do Governo Lula, no Estado de Santa Catarina.

A pesquisa Ibope apontou o crescimento da candidatura do Presidente Lula à reeleição: tinha 32% na pesquisa anterior, saltou para 38%; a candidatura de Geraldo Alckmin, de 34%, foi para 29%; e a da Senadora Heloísa Helena, de 12%, para 14%.

Portanto, os dados da pesquisa demonstram essa virada, o que, para nós que estamos conduzindo a campanha, com a tarefa de coordená-la no Estado, é bastante animador, mas também nos confere muita responsabilidade pela continuidade, expansão e ampliação da candidatura, com as ações que estamos adotando.

Outro dado que nos deixou bastante satisfeitos foi o crescimento da candidatura da nossa companheira Luci Choinacki ao Senado. Na pesquisa anterior, ela tinha 7% e agora, nessa pesquisa, pulou para 17%. A campanha para o Senado, em Santa Catarina, está polarizada, e o candidato que faz contraponto à nossa companheira Luci – o ex-Prefeito de Lages, Raimundo Colombo, do PFL – permaneceu estacionado, ficando com os mesmos 21% que teve na pesquisa anterior. Isso nos deixou muito animados, principalmente se levarmos em conta que a Luci é uma figura humana política de relevância e que tem um papel destacado nos movimentos sociais. É uma pessoa corajosa que, com certeza, vai honrar muito Santa Catarina, se conseguir os votos necessários para estar aqui no Senado da República. Ficarei muito satisfeita de poder compartilhar com ela a honra de representar o nosso Estado aqui no Congresso Nacional, no Senado da República.

Os outros comentários que gostaria de fazer referem-se às pesquisas feitas pelo Datafolha e pela CNT/Sensus. No caso desta última, gostaria de dar destaque para alguns dados da pesquisa que são relevantes no sentido da tendência, porque a intenção de voto pode ser um retrato muito momentâneo, mas há questões que a pesquisa apresenta que têm caráter mais qualitativo e são importantes de serem observadas de forma mais efetiva. A primeira delas é que a pesquisa CNT/Sensus, assim como o Datafolha, apresenta um crescimento significativo do voto espontâneo no Presidente Lula. Pela CNT/Sensus, o crescimento do voto espontâneo pulou de 32% para 42%.

Por que é importante registrar isso, mais até do que a intenção de voto estimulada, que é maior? Porque, dificilmente, o voto espontâneo se modifica. Quando a pessoa já declara, de pronto, em quem votará para presidente, dando o nome, é porque esse voto já está bastante consolidado,

e a possibilidade de haver reversão é extremamente difícil. Portanto, considero qualitativamente diferente uma indicação espontânea de 42%, em relação a tão-somente uma intenção de voto na pesquisa estimulada.

Além disso, a rejeição ao Presidente Lula atinge o menor índice da última série de pesquisas, pelo menos quanto ao último ano: apenas 25% de eleitores declararam que não votariam, em hipótese alguma, no Presidente Lula. E os adversários tiveram um crescimento na rejeição: Geraldo Alckmin está com 42% e Heloísa Helena ultrapassou a casa dos 50%.

A outra questão relevante na pesquisa CNT/Sensus é que, diferentemente de pesquisas anteriores, a intenção de voto no Presidente Lula para sua reeleição é superior em todas as Regiões do País e em todos os níveis de escolaridade. Esses dados demonstram que, apesar das diferenças nos níveis de escolaridade e mesmo com uma disparidade regional tão significativa – no Nordeste, a intenção é de 71%, e no Sul, 34,8% –, Lula ganha em todas as Regiões e em todos os níveis de escolaridade.

Para que ninguém suba nos saltos... Acho importante, sempre que trago pesquisas aqui, me referir ao momento. Há muito tempo ainda de campanha, muita água para rolar. Segundo a CNT/Census, as pessoas foram perguntadas se a eleição terminaria no primeiro turno ou se haveria segundo turno. Os dados demonstram que devemos ter a preocupação de manter a campanha e de ter todo o cuidado neste período até o dia 1º de outubro, porque 47% dos pesquisados entendem que a eleição vai terminar no primeiro turno. Mas 42% dos pesquisados ainda acham que pode haver segundo turno. Portanto, esses percentuais praticamente divididos, meio a meio, são um sinal para que mantenhamos o ritmo da campanha, a seriedade, a sobriedade e as famosas sandálias da humildade, que são importantes em todo processo eleitoral.

Ontem, eu tive a oportunidade de participar do lançamento do programa de governo do Presidente Lula para sua reeleição e fiquei extremamente satisfeita por conta dos seis pilares que foram explicitados como sendo as principais diretrizes, os eixos desse segundo mandato, se os eleitores confirmarem seus votos nas urnas, agora no mês de outubro.

A abertura do material que divulga o plano de governo traz de forma muito clara, segundo palavras do próprio Presidente, que “o nome do meu segundo mandato será desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade”.

Os seis pilares que estruturam todo o programa vão exatamente nessa linha: crescimento acelerado, preservada a estabilidade da economia, que se demonstra altamente necessária, pertinente e correta, principalmente para os que menos ganham neste País.

A segunda é a prioridade para a educação, com vista a um salto de qualidade. Todos temos esse entendimento. Não tivemos a possibilidade de ter, ao longo dos três anos e meio, essa prioridade por conta dos ajustes que eram necessários ser feitos, principalmente no ano de 2003 e boa parte de 2004. Mas, com certeza, haverá esse compromisso de priorizar a educação. Já há uma série de iniciativas deste Governo, como o ProUni, o Fundeb, que esperamos que a Câmara tenha condições e capacidade para votar agora, no esforço concentrado da semana que vem. Há medidas adotadas no sentido do livro didático, da merenda escolar, do transporte escolar, da ampliação significativa dos repasses.

Por exemplo, no meu Estado, os repasses constitucionais e a manutenção do sistema federal de ensino praticamente dobraram de 2002 para 2005, e estamos atendendo quase três vezes mais alunos na rede federal de ensino em Santa Catarina por conta do resultado da aplicação. Portanto, essa prioridade para a educação com vistas a esse salto de qualidade é de fundamental importância e é o segundo pilar do programa da reeleição do Presidente Lula.

O terceiro é a aceleração da distribuição de renda, com o fortalecimento do mercado interno. Sobre o tema, tive oportunidade de trazer dados, inclusive de Estados que não o meu. Por exemplo, tive oportunidade de vir à tribuna com dados da Bahia, onde o crescimento do comércio está diretamente vinculado aos programas de distribuição de renda.

O quarto é a requalificação da democracia pela reforma política. Esse é o grande desafio. É o quarto pilar, o quarto eixo do programa de reeleição do Presidente Lula, mas indiscutivelmente trata-se de algo que vai necessitar do aporte, da consolidação de um grande acordo político de todos os Partidos, porque a reforma política se faz no Congresso Nacional. Somos nós que temos essa prerrogativa de fazer as mudanças e as votações dos projetos que, infelizmente, tramitam há muito tempo. Colocar esse como centro de preocupação do próximo Governo entendo como muito importante.

O quinto é a segurança pública, com mais cooperação entre a União e os Estados. Finalmente, foi agora acertada toda a parceria em São Paulo de ajuste e de compartilhamento de dados, de informações, de monitoramento, principalmente com relação aos recursos do crime organizado. Vamos precisar fazer isso cada vez mais, para mexer no que move fundamentalmente qualquer ação criminosa, que é o dinheiro. Devemos ter essa capacidade. É necessário aprimorar e aperfeiçoar isso cada vez mais e é impossível fazê-lo exclusivamente com ações só do Governo Federal. Há que haver a cooperação entre a União e os Estados.

O último ponto é a presença soberana do Brasil no mundo e a prioridade à integração, ou seja, a continuidade da política externa soberana que o Brasil adotou nesses três anos e meio, a que entendemos ser muito importante dar continuidade.

Sr. Presidente, eu teria ainda outras questões a tratar, mas, infelizmente, tenho agora um compromisso no Palácio e vou precisar me retirar. O Presidente receberá, às 15 horas e 30 minutos, do Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, que, por muito pouco, não foi privatizado – atualmente, está federalizado –, o resultado desse banco que está instalado em todos os Municípios de Santa Catarina e que vem atendendo ao desenvolvimento regional do nosso Estado, como sempre fez nos seus 47 anos de existência. O resultado é extremamente positivo, pois os valores do primeiro semestre foram equivalentes ao ano passado inteiro.

O Besc, por intermédio de seus cerca de dois mil funcionários novos, contratados por concurso público, vem prestando um serviço inestimável ao desenvolvimento de Santa Catarina. Com muito orgulho, vamos entregar ao Presidente Lula o resultado extremamente positivo do trabalho, do desenvolvimento, da alavancagem regional do banco e o resultado eficiente da atual gestão.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a o tempo extra que me concedeu e me retiro da tribuna, porque terei que ir ao Palácio.

Muito obrigada.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SR^a SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A NOTÍCIA

SC ultrapassa meta do Bolsa-família

Santa Catarina é o primeiro Estado do Brasil a atingir a meta do Programa Bolsa-família/segundo a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda (SST). O trabalho é desenvolvido pela Gerência de Proteção Social Básica. SC ultrapassou a meta de 100%, atingindo 118%, no mês de julho. Também foi o Estado que mais informou os índices de frequência escolar, 98% contra a média nacional de 79%. Em 2004, a Pesquisa Nacional de Domicílio (PNAD) apontou 143 mil famílias pobres em SC, mas o programa atinge atualmente 146 mil domicílios

SANGUESSUGAS

Mais três são investigados

**Dois deputados e um senador foram citados em conexão com esquema
Brasília**

Vinte dias depois de aprovar relatório parcial com a recomendação para cassar o mandato de 69 deputados e três senadores, a CPI dos Sanguessugas notificou ontem mais três parlamentares acusados de envolvimento com a máfia das ambulâncias: o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e os deputados Salvador Zimbaldi (PSB-SP) e Philemon Rodrigues (PTB-PB). "A notificação significa que eles serão investigados. Não significa que eles estão no rol dos cassáveis", afirmou o presidente da comissão, deputado Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ).

Os três parlamentares tinham conexão com o esquema, segundo os empresários Luiz Antônio Trevisan Vedoin e Darci Vedoin, donos da Planam, empresa que funcionava como a central da máfia. A cúpula da CPI decidiu notificar os três parlamentares, com a alegação de que os empresários apresentaram à Justiça indícios de que eles receberam alguma vantagem para apresentar emendas ao Orçamento, para que prefeituras pudessem comprar ambulâncias superfaturadas.

Ao mesmo tempo em que notificaram Zimbaldi, Philemon e Antero, integrantes da CPI das Sanguessugas isentaram outros quatro deputados: Ricardo Izar (PTB-SP), Ciro Nogueira (PP-PI), Luiz Piauhylo (PDT-PE) e José Múcio Monteiro (PTB-PE). "Não basta que o parlamentar tenha emendas que foram parar no esquema. É preciso mais evidências", explicou Biscaia. Em entrevista à revista "Época", Luiz Vedoin citou o nome dos quatro deputados como integrantes do esquema sanguessugas.

Os relatores do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado ouvirão no dia 5 os supostos chefes da quadrilha dos sanguessugas. Deporão na Casa os empresários Luiz Antônio Trevisan Vedoin, o pai dele, Darci Vedoin, e o acusado de ser um dos principais integrantes do grupo, Ronildo Medeiros. (topo)

PFL desfilia deputado Almir Moura

A executiva nacional do PFL decidiu ontem desfiliar o deputado Almir Moura (RJ) por conta de seu envolvimento no esquema dos sanguessugas. Além dele, dois outros deputados perderam a legenda por iniciativa própria. São eles Coriolano Sales (BA) e Marcos de Jesus (PE), que preferiram pedir desfiliação a ser julgados pela executiva. O presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen (SC), disse que, em todos os casos em que havia provas suficientes para incriminar os envolvidos, a punição foi máxima. "A

N/Ref: CO-133/06

Exm^a Sr^a
Senadora **Ideli Salvati**

Ass.: Navios destinados à TRANSPETRO – votação no Senado

Sr^a Senadora:

Como certamente é de conhecimento de V. Exa., a empresa PETROBRAS TRANSPORTE S/A – TRANSPETRO concluiu recentemente o processo de licitação para construção, no Brasil, dos primeiros 26 navios de grande porte, de um total de 42 unidades, destinados à renovação de parte de sua frota de navios petroleiros e gaseiros.

Essa encomenda é de vital importância para os estaleiros nacionais vencedores da licitação e consolidará o processo de reerguimento da Indústria Naval brasileira, com amplos benefícios sociais, como a criação de milhares de empregos qualificados no setor e a distribuição de renda, considerando-se, inclusive, que a construção dos navios será realizada em três Estados, ou seja, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Para que a contratação dos navios pelos estaleiros nacionais seja possível, todavia, encontra-se em tramitação no Senado Federal o Projeto de Resolução do Senado PRS 49/06, que autoriza a TRANSPETRO a elevar temporariamente seu limite de endividamento em até R\$ 5,6 bilhões, para a contratação de crédito com recursos do FMM – Fundo da Marinha Mercante. Tal providência tem o objetivo de financiar o programa de modernização e expansão da frota daquela empresa estatal.

Essa matéria é o primeiro item da pauta do primeiro dia (04 de setembro) do período de esforço concentrado de 04 a 11 de setembro para votação de matérias no Senado e constava da pauta do esforço concentrado anterior, tendo sido adiada sua votação por falta de acordo entre as lideranças partidárias.

Confiamos na sensibilidade de V. Exa. para esse assunto e solicitamos apoio a nosso pleito de aprovação do Projeto de Resolução quando de sua votação, o que antecipadamente agradecemos.

Valemo-nos da oportunidade para apresentar nossas expressões de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Ariovaldo Rocha
Presidente

Sistema FIESC Nº 862/2006

Flamengo, 13 de agosto de 2006.

Senhora
Senadora Ideli Salvatti
Senado da República
Brasília - DF

Senhora Senadora,

Cumprimentado-a cordialmente, o Sistema Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC manifesta posição favorável à aprovação do Projeto de Resolução do Senado – PRS nº 049/2006, que autoriza o endividamento temporário da Petrobras Transporte S.A. – TRANSPETRO em até R\$ 5,6 bilhões de reais, para a contratação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante para financiar o programa de modernização e expansão da frota da referida empresa estatal.

O programa prevê a construção de 26 navios de grande porte dos 4 tipos destinados à renovação de parte da frota de navios petroleiros e gaseiros conforme processo de licitação recentemente concluído pela estatal. Como consequência haverá aumento da competitividade frente ao mercado internacional e a revitalização da indústria de construção de navios de grande porte no país, principalmente em Santa Catarina, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Considerando que a matéria está na pauta de votação prevista para o período de esforço concentrado do Senado da República (04 a 11/09/06), solicitamos sua atuação parlamentar no sentido de votar pela aprovação do PRS nº 049/2006 e reiteramos manifestações de consideração e apreço.

Atenciosamente,


ALCANTARO CORRÊA
Presidente do Sistema FIESC

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Os ofícios a que V. Ex^a se referiu serão publicados na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL baiano, pelo tempo que julgar necessário para proferir seu discurso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho um acordo implícito com a Líder do PT de não apartear-la e de S. Ex^a também não me apartear. Nunca fizemos esse acordo, mas ele funciona. Daí por que não pude contestá-la em alguns pontos com os quais realmente não concordo.

Sr. Presidente, o Presidente da República continua cada vez pior. Pior em tudo: na mentira e, sobretudo, na coragem de proteger os ladrões. Aqui está uma declaração do Presidente da República: “Ninguém deixará de ser meu amigo porque cometeu um erro”.

Ele quer dizer que não vai brigar com quem roubou no “valerioduto”, quem fez sanguessuga, quem fez mensalão; ao contrário, vai prestigiá-los. Se por acaso chegar à Presidência da República, nenhum deles vai sofrer coisa alguma, exceto ser promovido como bom ladrão. Quem melhor roubar mais eficiente será para o Presidente Lula.

É declaração dele, não minha. Essa declaração provocou artigo importante do jornal **O Estado de S. Paulo**, em que consta, entre outras coisas:

Nunca antes se viu um Presidente brasileiro – e nunca antes esse bordão de Lula há de ter sido tão apropriado – ir tão longe em defesa das mãos sujas na vida pública, embora essas palavras, tomadas pelo valor de face, fossem de resignação diante do que seria uma realidade amarga, porém imutável.

Diz **O Estado de S. Paulo**, repetindo o Lula:

“Política a gente faz com o que a gente tem, e não com o que a gente quer. Esse é o jogo real da política que precisou ser feito em quantos anos para que chegássemos a uma situação altamente confortável”.

Quer dizer que ele diz aqui que “política não é preciso fazer com gente decente; política se faz com ladrão. E com ladrão eu governei, e acho que está dando certo”.

Isso leva, ainda, o jornal a dizer que:

A primeira sentença é uma meia verdade. Faz-se política, de fato, com o que se tem. Nem por isso se precisa necessariamente fazer polí-

tica cultivando o que há de pior no que se tem. [Ou seja, o roubo, o furto.]

Essa é a mensagem pela qual o Lula confirma o que eu tenho dito aqui, várias vezes, do Governo: é um Governo desonesto, inimigo da moralidade pública.

O Presidente da República não conserta, Sr. Presidente. Não conserta. A meta dele, agora que subiu nas pesquisas – não tanto quanto disse a Senadora –, é esta: continuar roubando. E a Senadora citou algo que pensa que vai acontecer nos próximos dias 4, 5 e 6 aqui, e não vai acontecer. Não passa de jeito nenhum, se o Presidente Renan colocar em pauta – e ele já me garantiu que não coloca, pela divergência das Lideranças –, o projeto dos R\$5,6 bilhões da Transpetro, pois é feita para roubar, para dar a três empreiteiras que fazem navios, e eles pegarem, antes dos estaleiros, as comissões para as campanhas políticas que estão realizando.

É a Petrobras. É a Petrobras que alavanca mais recursos. Claro que o Ministério da Saúde rouba, o da Integração também, o das Cidades – não há nada em que não haja furto nesse Governo –, mas quem rouba mais é a Petrobras, por ser a mais rica. E ali ninguém descobre roubo, embora eu já esteja preparado para uma CPI pós-eleição em relação à Petrobras. Vou desmoralizar aquela instituição, que foi criada com os melhores propósitos pelo Presidente Vargas, mas que foi deturpada totalmente, no correr desses últimos anos do Governo Lula, para ser financiadora de candidatos do Partido a Governos estaduais.

Fazem negócios de toda a ordem. Até troca de terreno por asfalto. Ali é um balcão para qualquer negócio. Chegou, faz. Basta que seja afilhado do Presidente Lula ou desse partido que já desapareceu, que é o PT – desapareceu aqui, agora, e desapareceu no Brasil. Vejam que o Presidente Lula sobe, e o Partido desce, num contraste total, porque o Presidente Lula é o responsável pelo roubo do Partido: o “valerioduto”, o “mensalão”, os sanguessugas, os empréstimos bancários que Okamoto pagava por ele, os cartões de crédito que ainda não saíram, Sr. Presidente, mas que vão sair, e que pagam despesas as mais incríveis do Palácio do Planalto, não direi nem de quem.

Não vou citar esse tal Lulinha da Gamecorp. É o Lulinha, que se chama Fábio, que já levou R\$15 milhões da Telemar, e o Presidente não responde a nada. Nada, nada, nada. E ainda diz que nós é que somos corruptos. Nós que reagimos ao seu Governo. Como ontem, com muita bravura reagiu o Presidente Fernando Henrique. Foi exibido na televisão. O Presidente Fernando Henrique dizia: “Não se compare comigo. Eu não sou você. Lugar de ladrão é na cadeia”. Aquilo era como dizer: “Lula, eu o conheci um lutador, um operário que queria as boas causas. Hoje, vejo na Presidência da República alguém que pega o Erário para gastar à toa com os seus e beneficiar uma série de ladrões conhecidos no Congresso Nacional e no Supre-

mo Tribunal Federal”. Não vou citar nomes, até para não humilhar mais ainda a outra Casa do Congresso.

Mas, na realidade, o que se observa hoje é que os conselheiros do Presidente estão bem à altura dele. Fazem tudo o que é possível, dentro desse espírito que é o do seu Governo.

Além disso, ele não precisava utilizar a figura de um grande morto, Dom Luciano Mendes de Almeida, talvez uma das figuras maiores do Clero brasileiro em todos os tempos; talvez merecesse ser Cardeal, e o desejava, mas não o foi.

Perante o povo brasileiro, porém, ele foi um Cardeal, porque amava os pobres e os defendia.

Lula declarou que, quando Dom Luciano estava doente, visitou o Arcebispo, que lhe disse: “Vá em frente e não se esqueça dos pobres deste País”. Nessa frase, há dois sentidos. Primeiro, o morto não pode atestar a mentira do Lula. Segundo, se Dom Luciano disse para não se esquecer dos pobres, é porque pensava que o Presidente está se esquecendo dos pobres e está enriquecendo ainda mais os ricos, os bancos e as grandes empresas, com a pobreza aumentando e a fome grassando – isso tudo em um país em que o Presidente domina sozinho.

Aliás, Sr. Presidente, louvo a atitude de V. Ex^a, que está sempre presente nesta Casa, dando a muitos outros mais antigos que V. Ex^a um exemplo de que esta Casa é para ser freqüentada, é para haver debate, é para haver realmente o contraditório. Porém, eles fogem do contraditório, porque não têm argumentos. Os argumentos deles representam o silêncio dos mortos-vivos que eles são, porque quem é vivo para roubar é morto perante a dignidade dos homens de bem do País.

Sr. Presidente, cada vez me sinto mais à vontade para combater este Governo que não tem escrúpulo algum.

Ainda há pouco, a Líder saiu para ir discutir com o Presidente sobre pesquisa e banco. Os outros não vêm aqui, embora estejam absolvidos por Lula, que disse que quer governar com ladrão. Isso está escrito e é motivo, inclusive, de um editorial de **O Estado de S. Paulo**.

Ontem, mostrei aqui coisas inacreditáveis que acontecem no Governo do Presidente Lula. Resultado: nunca recebi tantos *e-mails* e telefonemas me felicitando pela coragem de dizer aquilo que o povo quer dizer, mas que não o faz por estar sufocado pela propaganda oficial. Mas nós vamos dizer.

Ainda há tempo. E, nesse tempo que temos, ainda vamos mostrar que o Presidente Lula não pode governar este País porque lhe falta autoridade moral. Se, por acaso, ele tem votos, como disse a Líder, ele não tem a dignidade. E, sem dignidade, o homem público não sobrevive, é passageiro. A vida do homem é feita justamente de exemplo. Um pensador que sempre gosto

de citar diz: “Os moços são rebeldes aos conselhos, mas sensíveis aos exemplos”.

Que exemplos, Sr. Presidente, temos do Presidente da República e de muitos de seus ministros? O das sanguessugas? O do valerioduto? O do mensalão? Esses exemplos, Sr. Presidente, desgraçam a Nação brasileira e contaminam inclusive os homens de bem.

Os pobres são cada vez mais pobres. Seu programa de fome deu em coisa alguma. Seu Bolsa-Família é resultado de um projeto meu de combate à pobreza aprovado aqui e que deu, de saída, quatro bilhões ao Governo. Ele acabou com o Bolsa-Escola para fazer o Bolsa-Família. Com o Bolsa-Família, ele pensa que compra o eleitor pobre do Nordeste principalmente. Quando se observa o aumento do número de pessoas inscritas no Bolsa-Família no Nordeste em relação ao Sudeste, é de se estarrecer. É de estarrecer! Aproveitam a ignorância de muitos para que possam roubar mais.

Sr. Presidente, há outro ponto que quero abordar. O Ministro Márcio Thomaz Bastos prometeu que Polícia Federal daria, em 30 dias, o resultado do inquérito – passado esse prazo, não deu – que prova que o PT levou de Rondônia para a Bahia a vassoura-de-bruxa, praga que dizimou a grande produção baiana de cacau, deixando milhares pessoas à fome e duzentos mil desempregados.

Até agora nada, e ainda tem coragem a Líder do Governo de dizer que este Governo investe na Bahia. Não, Sr. Presidente. Na Bahia, nós lutamos sem apoio do Governo e, graças a Deus, vencemos sempre; vencemos porque as boas causas nós temos conosco; vencemos porque fizemos uma equipe de trabalho que honra a Bahia e serve de exemplo para o Brasil; vencemos porque não somos do “rouba, mas faz”. Somos do faz sem roubar.

Sr. Presidente, além do problema do cacau, o fundamentalismo ecológico não pode seguir norteando as decisões do Ibama. Uma situação inaceitável acontece agora na Bahia. Surpreendentemente, o Ibama negou licença ambiental a um dos blocos para produção de petróleo e gás no litoral do Estado. Surpreendentemente, porque, desde 2000, o Ibama já havia expedido várias licenças relacionadas com o mesmo processo.

Repete-se a história dos anos 30, com o primeiro poço de Lobato. Naquela época, falava-se na inexistência de petróleo. Hoje, fala-se na precaução. Mais uma vez o povo baiano vai reagir.

É exatamente por uma leitura malandra do chamado “princípio de precaução” que muitas hidrelétricas se encontram paralisadas e perdemos competitividade na nossa agricultura.

Como baiano, preocupa-me que cessem os fortes investimentos que vêm sendo feitos na região de Camaçu, com repercussões positivas em vários outros municípios. Os prefeitos têm me procurado, alarmados, porque

sabiam que ali iam encontrar a riqueza que melhoraria a situação de centenas de milhares de baianos.

O País tem passado por um clima de insegurança no abastecimento de gás, e não podemos nos dar ao luxo de abandonar reservas comprovadas em função de pretensos riscos ambientais não comprovados. Concretos são os riscos do desabastecimento. Concretos serão os efeitos poluidores da falta de gás em nossa matriz energética, já que, nesse caso, ele será substituído por térmicas a óleo diesel.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É isso, Sr. Presidente, que vivemos. É imperioso que o Ibama reveja a sua posição e não crie obstáculos à exploração de gás naquela região baiana.

Concedo-lhe o aparte com muito prazer, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a tem completa razão. O Brasil vive um apagão de gás. Por quê? Porque temos utilizado o gás para diversas funções, como gerar energia elétrica, abastecer veículos e indústrias. Cinquenta por cento do nosso consumo de gás vem da Bolívia. Com a crise política que esse país vive e com a série de medidas que tomou, como a nacionalização das reservas, o que, inclusive, prejudica a Petrobras, atualmente, o Brasil vive a seguinte situação: se, por acaso, precisarmos usar as térmicas a gás instaladas no Sudeste e no Nordeste, não teremos gás, a não ser que paremos de atender às indústrias, lembrando que algumas nem mesmo têm como substituir seu uso. A reserva da Bahia é importantíssima, porque reforçará em cerca de três ou quatro milhões de metros cúbicos por dia – não sei o valor ao certo – a reserva do Nordeste. Se a situação do gás no Brasil é preocupante, no Nordeste a situação é ainda pior, porque a quantidade de gás disponível é pequena. Não há ligação entre o sistema de distribuição de gás do Nordeste e o do Brasil. Ela será feita por meio de um gasoduto cuja construção foi paralisada neste Governo, e deveria ter sido concluída. Essa construção é muito mais importante para o Nordeste do que a transposição do São Francisco, projeto polêmico e difícil de executar. Infelizmente, o Governo não fez a obra. Qual é a esperança do Nordeste? A utilização das reservas da Bahia, pois permitiria esperar a construção desse gasoduto por mais três ou quatro anos. Às vezes, por alguns detalhes ambientais deixamos atrasar, porque no fundo, em determinado momento, vai terminar sendo autorizada essa exploração de gás. Mas atrasa, com uma série de detalhes. Portanto, é importante que o Ibama, o Ministério do Meio Ambiente, tome as providências necessárias para que, o mais rapidamente possível, esse gás da Bahia pos-

sa ser utilizado, porque ele vai beneficiar todo o sistema de gás do Nordeste. Era só isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que, além de ser um grande Senador, é um notável conhecedor do problema de gás e de petróleo em geral. Como Ministro, V. Ex^a provou isso e agora, mais uma vez, dá a sua colaboração à nossa chapa, trazendo subsídios excelentes para as discussões dos temas de que V. Ex^a participa. De maneira que agradeço o aparte de V. Ex^a, que vem ilustrar bastante o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, V. Ex^a e um colega seu também já reclamaram de uma portaria do Ibama que sacrifica o território baiano, de Canavieiras ao Espírito Santo. É inacreditável que isso aconteça. Isso só acontece em um governo irresponsável como o do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra – PSDB-ES) – Portaria nº 39.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA) – É a Portaria nº 39. V. Ex^a lembra, com propriedade.

Temos, nesta Casa, que forçar a revogação dessa portaria. Já discutimos esse assunto na Comissão, temos de discuti-lo no plenário, para fazer com que o Governo volte atrás, porque os baianos e os espírito-santenses não vão aceitar que lhes seja roubado o território pela vontade de um delegado qualquer do Ibama, que só tem prejudicado este País, principalmente na gestão do Presidente Lula, que é uma gestão irresponsável, como irresponsável tem sido a atuação do Ibama.

Sr. Presidente, quando não se tem governo, isso tudo acontece. É o que está ocorrendo. O Brasil pode ter presidente, mas não tem governo. Esse governo não tem capacidade para agir, porque não tem moralidade pública. É um governo imoral, desonesto e que só faz roubar em detrimento da Nação brasileira.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja publicado na íntegra.

Muito obrigado!

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero chamar a atenção deste plenário para um fato gravíssimo, extremamente prejudicial aos interesses nacionais que está ocorrendo nas barbas do governo, sem que o presidente da República e as autoridades responsáveis pelo assunto tomem qualquer providência para impedir que as complicações dele decorrentes se agravem e impeçam o desenvolvimento econômico do país. E aumentem a pobreza do sofrido povo brasileiro.

Refiro-me ao fundamentalismo ecológico dos responsáveis pela área de licenciamento ambiental do Ibama, que além da militância teoricamente em defesa da natureza, inexperiência e desconhecimento técnico suficiente, e falta de comando no Ministério do Meio Ambiente, estão criando todos os óbices possíveis à concessão de licenças para projetos e obras, cuja execução é imprescindível para evitar a estagnação da economia brasileira.

Recentemente, o próprio senador Aloísio Mercadante, em debate realizado na sede do Instituto de Engenharia, São Paulo, indagou quantas obras estruturantes foram paradas por objeções ambientais, e atribuiu ao rigor da legislação ambiental a culpa pelo que está acontecendo.

Mas o senador Mercadante tem razão apenas em parte, porque a realidade é diferente. A legislação, é verdade, precisa ser amenizada. Todavia, as restrições maiores não são das leis, porém daqueles que deveriam executá-las com critérios definidos, e não ao sabor de conveniências políticas e ideológicas.

São dezenas de usinas hidrelétricas que já deveriam estar sendo construídas que não saem do papel por falta de licenciamento.

Agora mesmo, no jornal **O Estado S. Paulo** de segunda-feira, divulga-se recente pesquisa pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, segundo a qual é grande a preocupação quanto ao ritmo de crescimento da oferta de energia no Brasil. E ainda que quase 60 por cento das entidades do setor acreditam que o país poderá sofrer nova crise até 2010.

Ou seja, há risco de apagão até 2010.

Se for solicitada ao Ministério do Meio Ambiente a relação dos cursos de mestrado ou doutorado desses técnicos, ou ainda os trabalhos científicos que lhes confira autoridade para assinar os absurdos pareceres que emitem, será uma decepção. Simplesmente não existem.

Sr^{as} e Srs. Senadores, uma situação inaceitável surgiu na Bahia, e está parecendo mais retaliação contra aqueles que não compactuam com o governo Lula.

Volto ao passado, para lembrar que já com Monteiro Lobato verificou-se um embate com o órgão federal encarregado do licenciamento das atividades de petróleo e gás **offshore**.

Ocorre que agora, de forma surpreendente, o Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis houve por bem negar uma das licenças ambientais postuladas pela adquirente de um dos blocos para produção de petróleo e gás no litoral do estado.

A recusa foi recente, muito embora o próprio Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, desde o ano 2000 já tenha expedido outras licenças dentro do mesmo processo complexo de licenciamento ambiental.

Fato é que, desde o ano 2000 fortes investimentos vêm sendo feitos na área da baía de Camamu com repercussões positivas em todos os municípios.

Repete-se, agora, sob a máscara ambiental, a mesma história ocorrida na década de 30 com o pioneiro poço de Lobato. Burocratas, por falta de coisa melhor a fazer, resolvem investir contra o desenvolvimento da Bahia.

No passado falava-se na inexistência de petróleo, a perseverança do povo da Bahia mostrou que o argumento era uma falácia; hoje, fala-se na precaução. Igualmente falacioso o argumento, igualmente será derrotado por um povo que clama por desenvolvimento.

Ex^{as}, lamentavelmente, estamos repetindo no Brasil os erros que foram praticados alhures na década de 70 do século XX. De fato, na década de 70 nos Estados Unidos tinha-se a ilusão da poluição zero, ilusão esta que é, ainda hoje, um mito muito caro aos burocratas do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Como conseqüência de tal mito, encontra-se uma leitura apressada do chamado princípio da precaução que, por lido transversalmente, é hoje um dos maiores entraves ao desenvolvimento nacional. Em nome dele, como comentei no início deste discurso, muitas hidrelétricas se encontram paralisadas em nosso país; em nome dele perdemos competitividade em nossa agricultura, em nome dele a inação e a paralisia caracterizam a atuação do Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Como se vê, o nosso Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis é mais realista do que o Rei. Reconhece princípios que a própria Corte Internacional de Justiça não reconhece. E faz tudo isto em prejuízo da Bahia e de seu povo, como no caso concreto.

O princípio da precaução não pode ser considerado como um empecilho à pesquisa de recursos naturais renováveis. O princípio da precaução ganhou o *status* de uma super norma, que prevalece sobre qualquer circunstância, sempre que um determinado empreendimento desagrade a algum grupo ou está em estágio tecnológico mais avançado do que a média.

Assim, o Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis se substitui à sociedade, ao Congresso Nacional e decide **sponte sua**, sobre os destinos da Nação. Está na hora, Sr^{as} e srs. Senadores, de darmos um basta a tal situação. Pelo Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, tudo deve ser paralisado para que se atinja a um grau de “certeza científica” capaz de garantir que o empreendimento não causará “dano ambiental”.

Toda esta triste e confusa realidade provocada pelo Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e

dos Recursos Naturais Renováveis, decorre de uma insuficiente capacidade institucional e de desinformação crônica de boa parte das pessoas que alegam proteger o meio ambiente.

O fato é que o grau de abstração e, até mesmo, de devaneio, conjugados com a má fé, que o princípio da precaução atingiu tem feito com que várias instituições se preocupem com uma maneira de dar-lhe mais concretude. Assim, algumas diretrizes para a sua aplicação têm sido formuladas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esperemos que o Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis reveja a sua posição e não crie obstáculos à exploração de Gás na Baía de Camamu, até mesmo porque recentemente tivemos problemas sérios quanto à segurança de nosso abastecimento de gás e não podemos nos dar ao luxo de abandonarmos reservas comprovadas em função de riscos ambientais não comprovados.

Por outro lado, os riscos de abastecimento são concretos e mais: sabemos que o incremento de gás natural em nossa matriz energética e contribuir decisivamente para a diminuição da poluição e o barateamento da energia. Se o gás de Camamu não entrar na matriz energética, ele será substituído por térmicas a óleo diesel com conseqüências ambientais muito mais nocivas e que deverão, justamente, serem debitadas na conta do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Finalmente, é bom o governo atentar para o fato de que existe, ainda a conseqüência de obrigar o Estado Brasileiro a indenizar o adquirente do Bloco, tendo em vista a negativa de sua exploração por parte do mesmo Estado que o vendeu.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, candidato a Vice-Presidente da República na chapa de Geraldo Alckimin.

V. Ex^a dispõe do tempo que julgar necessário para o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula declarou hoje na Confederação Nacional da Indústria que política do xaxado provocou o apagão de 2001.

Bom, não sei bem o que é política do xaxado, Sr. Presidente. Depois ele disse que é uma situação em que o país cresceu muito pouco durante os últimos vinte anos. Realmente o Brasil cresceu pouco nos últimos vinte anos, sem dúvida, mas também cresceu muito pouco no Governo dele. No ano passado, o Brasil cresceu 2,3%, enquanto a Argentina cresceu 9% e o Chile e o Paraguai cresceram 6%. Isso mostra que o Presidente Lula seria a

última pessoa que poderia falar de crescimento do Brasil. A forma como ele diz isso é inconseqüente e mostra que, na realidade, todas suas afirmações não têm muito a ver com a realidade. Ninguém sabe de onde ele as tira. Ele fala, e as pessoas esquecem. Depois isso é repetido na televisão, nos programas eleitorais. A cada dia que passa, essas mentiras aumentam e são tão repetidas que as pessoas acabam acreditando nelas.

Ele fala também do apagão de 2001. Primeiro, em 2001 não houve apagão; em 2001 houve um racionamento devido ao risco de um apagão, que, na verdade, não existiu. Houve uma crise gravíssima, diga-se de passagem, que conseguimos superar.

À época, trabalhei como Ministro de Minas e Energia, e conseguimos superar a crise. Em nove meses, tivemos energia suficiente. Na realidade, no Governo atual, não houve licitação nem construção de hidrelétricas. O saldo de energia existente hoje é o mesmo que existia no dia em que o Presidente Lula assumiu, pois não houve nenhuma obra a não ser as que já estavam em andamento. Os leilões realizados foram poucos. Nós temos de implantar cerca de 3.000 megawatts por ano. Portanto, em quatro anos, deveríamos implantar 12.000 megawatts de energia e no Governo do Presidente Lula foram leiloados apenas 890 megawatts de energia. Isso significa que, daqui a alguns anos, a situação será mais grave do que a de 2001, porque no setor elétrico há esta característica: as conseqüências só aparecem cinco anos depois da crise. Se não há investimento, cinco anos depois começam a vir as conseqüências.

O jornal **O Estado de S. Paulo**, na edição do dia 28 de agosto de 2006, se não me engano, publica a seguinte manchete: “Risco de apagão assombra o País”. Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro mostra que 60% das entidades do setor acreditam em nova crise até 2010. O que as entidades estão dizendo? Dizem que, como não foram realizados investimentos em energia elétrica durante esse período, daqui a quatro anos, portanto em 2010, haverá uma crise. Hoje no sudeste os reservatórios estão cheios de água, mas, no sul, já existe uma situação de crise.

Hoje, Senador Jefferson Péres, praticamente 70% do consumo de energia do sul está sendo transferido para o sudeste. Toda a capacidade da linha de transmissão, cerca de 6 mil megawatts, está sendo transferida do sudeste para o sul, porque, devido à seca nessa região, as hidroelétricas estão com os reservatórios vazios e não conseguem gerar a energia necessária. Como o sistema brasileiro é unificado, nós estamos transferindo energia do sudeste para o sul.

O que acontece quando se transfere durante muito tempo – faz alguns meses que isso está sendo feito – energia do sudeste para o sul? Usa-se mais a

água do sudeste, quer dizer, com essa transferência, nós estamos colocando essa região em risco.

E o que significa esse risco? Significa que nós não temos de onde tirar energia para atender o sudeste. Se há déficit no nordeste, o sudeste pode socorrê-lo porque o consumo lá é muito menor; se há déficit no sul, o sudeste pode socorrê-lo, porque também lá o consumo é muito menor; porém, se houver déficit no sudeste, cujo consumo, em números redondos, é mais ou menos três vezes o do sul e quatro vezes o do nordeste, nós não teremos como tirar energia nem do sul nem do nordeste para atender o sudeste.

O que acontece? Na realidade, o que verificamos na configuração atual do setor elétrico é que nos últimos leilões a energia hidroelétrica tem sido substituída por energia térmica.

Só que, para que tenhamos energia térmica, precisaríamos de uma grande disponibilidade de gás, porque o gás, Senador Antonio Carlos Magalhães, para gerar energia, é necessário em grande quantidade. Só para exemplificar, o Estado de Pernambuco consome mais ou menos 1 milhão de metros cúbicos de gás por dia. Há uma termoeletrica lá em Pernambuco com uma capacidade de 500 MW, que, se funcionar, sozinha consumirá 1,3 milhão de metros cúbicos por dia. Portanto, uma termoeletrica sozinha consome mais do que todo o consumo da indústria veicular, de tudo, do Estado de Pernambuco. Então, na realidade, há que se ter uma grande disponibilidade de gás, e essa disponibilidade não existe, porque metade de nosso consumo é atendida pela Bolívia e há essa crise política, vamos dizer assim, com relação àquele País, que resolveu tirar de lá todas as empresas estrangeiras, inclusive a Petrobras. Então, nós ficamos sem poder ligar as termoeletricas por causa do gás. Qual era a alternativa? Ligar as termoeletricas utilizando outro tipo de combustível derivado de petróleo – o *diesel*, por exemplo, ou o óleo combustível mesmo. Só que isso multiplicaria o custo da energia por três ou até por quatro em relação ao que se gastava com o gás natural. Então, é uma situação de risco que não cabe ao Governo esconder.

Se nós tivermos um apagão em 2010, será um racionamento, uma situação muito mais grave que a de 2001, porque naquela época nós tínhamos muitas obras em andamento que, rapidamente, foram concluídas e aquele racionamento pôde acabar. Agora, se nós tivermos novo apagão em 2010, nós não vamos ter nada em andamento, vai estar tudo parado, não há nenhuma obra em andamento, não há nada licitado, e portanto não há como reagir, mesmo porque a reação de diminuir o consumo já foi utilizada em 2001. A maioria das pessoas já economiza energia em relação ao que consumiam em 2000, antes daquele racionamento. Então, é mais uma declaração inconsequente que o Presidente Lula faz,

sem respaldo na realidade. A realidade é muito diferente daquilo que o Presidente da República está fazendo no tocante ao setor de energia e de gás.

Quanto ao petróleo, essa dita auto-suficiência é relativa. Pode-se ser auto-suficiente hoje e não o ser daqui a dois anos. A Argentina, por exemplo, até o ano passado, era auto-suficiente em petróleo e gás. Neste ano e, principalmente no próximo ano, vai ter de importar esses produtos porque, na época daquela crise, parou de investir nesses setores. A Argentina consome mais gás do que o Brasil – aproximadamente o dobro –, porque lá todo o sistema tem como base o gás. Pois ela agora está importando gás, inclusive da Bolívia, e deixou de atender alguns contratos de gás e energia firmados com o Brasil.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– A ignorância do Presidente vai ao ponto de ele, num falso ufanismo, dizer que o Brasil vai ser a maior nação energética do mundo. É de uma ignorância total! Em termos de gás e de petróleo, sabe-se que a Rússia tem dez vezes mais possibilidades do que o Brasil. Eu não sei quem fornece esses dados a ele ou se ele, na hora, meio embriagado, não entende bem as coisas, e o resultado é esse que está aí. É sempre uma declaração, como V. Ex^a diz, irresponsável.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A Rússia, a

partir deste ano, vai produzir mais petróleo do que a Arábia Saudita. Hoje, é o maior produtor de petróleo do mundo; ultrapassou a Arábia Saudita só em petróleo, fora o gás. Todos nós sabemos que, praticamente, toda a Europa é atendida com o gás que vem por tubulações, diretamente da Rússia. Então, a Rússia saiu da crise econômica em que ela estava – a chamada crise da Rússia, que aconteceu cerca de sete anos atrás – com base no sistema de petróleo. Foi a exploração de petróleo e a exportação de petróleo e gás que permitiram que atravessasse uma grave crise econômica que teve com a mudança do modelo comunista socialista para o modelo capitalista.

Para encerrar, Sr. Presidente, faço um apelo ao Presidente Lula: uma responsabilidade de Presidente é falar as coisas com base na realidade e não em ficção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB

– ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres. V. Ex^a dispõe do tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de longa ausência de algumas semanas, volto a esta tribuna para manifestar o meu desalento com a vida pública deste País.

Gostaria de estar aqui discutindo, como fez o Senador José Jorge, a respeito das riquezas naturais

do Brasil, com as quais ele tanto se preocupa, e não como falarei, sobre algo muito pior: a dilapidação do capital ético deste País.

Senador José Jorge, poderíamos não ter um barril de petróleo nem um metro cúbico de gás, mas poderíamos ser uma das potências mundiais em termos de desenvolvimento.

O Japão não tem nada. Não tem petróleo, gás ou riquezas minerais. A Coréia do Sul também não tem nada disso, Senador Antonio Carlos, e nos dá um banho em termos de desenvolvimento não apenas econômico, mas também humano.

O que está faltando mesmo ao Brasil e sempre faltou é uma elite dirigente com compromisso com a coisa pública, capaz de fazer neste País o que precisaria ser feito: investimento em capital humano.

Vejam que País é este. Estamos aqui com seis Senadores em pleno mês de agosto, porque estamos em recesso branco. Por que não se reduz a campanha eleitoral a trinta dias e transfere-se o recesso de julho para setembro? Nós ficaríamos com o Congresso aberto, de Casa cheia, até 31 de agosto. Fariamos trinta dias de campanha em recesso oficial, remunerado.

Estamos aqui no faz-de-conta. Como disse o Ministro Marco Aurélio, este é o País do faz-de-conta. Estamos fingindo que fazemos uma sessão do Senado, estamos em casa sem trabalhar. Estou em Manaus há quase um mês, recebendo, sem fazer nada – para o Congresso Nacional, pelo menos. Como se ter animação em um País como este com um Presidente que, até poucos meses atrás, era sabidamente – como o é – um Presidente conivente com um dos piores escândalos de corrupção que já aconteceu no Brasil, e este Presidente está marchando para ser eleito, talvez, em primeiro turno? É desinformação da população? Não, não é. Se fizermos uma enquete em qualquer lugar deste País, todos concordarão, ou a grande maioria, que o Presidente sabia de tudo. Então, votam nele sabendo que ele sabia. A crise ética não é só da classe política, não, parece que ela atinge grande parte da sociedade brasileira. Ele vai voltar porque o povo quer que ele volte. Democracia é isso. Curvo-me à vontade popular, mas inconformado. Esta será uma das eleições mais decepcionantes da minha vida. É a declaração pública, solene, histórica do povo brasileiro de que desvios éticos por parte de governantes não têm mais importância. Isso vem até da classe dos intelectuais, dos artistas. Que episódio deplorável aquele que aconteceu no Rio de Janeiro semana passada! Artistas, numa manifestação de solidariedade ao Presidente, com declarações cínicas, desavergonhadas, Senador Antonio Carlos Magalhães! Um compositor dizer que “política é isso mesmo, fez o que deveria fazer”, o outro dizer que “política é meter a mão na ‘m’!” Um artista, em qualquer país do mundo, é

a consciência crítica de uma nação. Aqui é essa, é isso que é a classe artística brasileira, pelo menos uma grande parte dela, é o povo conivente com isso.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
– E pagos pela Petrobras.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – E pior, pior ainda: os artistas estão fazendo isso em interesse próprio, porque recebem de empresas públicas contratos milionários – isso é a putrefação moral deste País –, e o povo vai reconduzir o Presidente porque “política é isso mesmo”.

Tenho quatro anos de Senado. Não me candidatarei em 2010, não quero mais viver a vida pública. Vou cumprir o mandato que o povo do Amazonas me deu, não vou silenciar. Ele pode ser eleito com 99,9%. Eu estarei aí na tribuna dizendo que ele deveria ter sido mesmo destituído porque o que ele fez é muito grave. É muito grave. Curvo-me à vontade popular, mas não sem o sentimento de profunda indignação. A classe política, nem se fala, essa já apodreceu há muito tempo mesmo. Este Congresso que está aqui, desculpem-me a franqueza, é o pior de que já participei. É a pior legislatura da qual já participei, Senador Antonio Carlos Magalhães. Nunca vi um Congresso tão medíocre. Claro, com uma minoria ilustre, respeitável, a quem cumprimento. Mas uma maioria, infelizmente, tão medíocre, com nível intelectual e moral tão baixo, eu nunca vi. O que se pode esperar disso aí? Não sei. Eu não vou mais perder o meu tempo. Vou continuar protestando sempre, cumprindo o meu dever. Não teria justificativa dizer que não vou fazer mais nada. Vou cumprir rigorosamente o meu dever neste Senado até o último dia de mandato, mas para cá não quero mais voltar, não!

Um País que tem um Congresso deste, que tem uma classe política dessa, que tem um povo... Senador Antonio Carlos Magalhães, dizem que político não deve falar mal do povo. Eu falo, eu falo. Parte da população compactua com isso. É lamentável! E que sabe. Não é por desinformação, não. E que não é só o povão, não. É parte da elite, inclusive intelectual. Compactuam com isso é porque são iguais, se não piores. Vou continuar nessa vida pública? Para que, Senador Antonio Carlos Magalhães? Eu louvo V. Ex^a, que é um pouco mais velho do que eu e vai continuar ainda. Mas, para mim, chega! Vou continuar pelejando pelos jornais e por todos os meios possíveis, mas, como ator na vida política e na vida pública deste País, depois de 2010, não quero mais! Elejam quem vocês quiserem! Podem chamar até o Fernandinho Beira-Mar e fazê-lo Presidente da República – ele não vai com o meu voto, mas, se quiserem, façam-no.

O meu desalento é profundo. Deixo isso registrado nos Anais do Senado Federal. Infelizmente, eu gostaria de estar fazendo outro tipo de pronunciamento, mas falo o que penso, perdendo ou não votos – pouco me

importa. Aliás, eu não quero mais votos mesmo, pois estou encerrando a minha vida pública daqui a quatro anos, profundamente desencantado com ela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Otávio, que dispõe do tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta oportunidade, registro a presença do Prefeito de Belém, capital do meu Estado, Pará, Duciomar Costa, que hoje veio a Brasília para uma audiência com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e com a equipe econômica do Governo, e amanhã, no Rio de Janeiro, entregará ao BNDES a carta-consulta para o financiamento do Portal da Amazônia, um projeto que, com certeza, tem o apoio do Governo Federal, em especial do Presidente Lula, que tem dado ênfase a investimentos na área de infra-estrutura, principalmente para agilização dos meios de transportes nas capitais, nos grandes centros populacionais do Brasil.

Esse projeto vai se juntar a outro projeto, importante também, da Prefeitura de Belém, que é a macrodrenagem da Estrada Nova, área de grande densidade populacional, com mais de 600 mil pessoas para serem atendidas. A carta-consulta desse projeto foi apresentada e aprovada no Cofix, Conselho de Financiamento Externo, do Ministério do Planejamento, que tem como Presidente o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e foi aprovada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Esse outro projeto que o Prefeito Duciomar Costa apresentará amanhã, no Rio de Janeiro, ao Presidente do BNDES, Dr. Demian Fiocca, trará uma nova cara para Belém, onde, principalmente na área ribeirinha, será construído um sistema de vias que interligará toda a cidade, dando vistas para as áreas ribeirinha e portuária. Haverá também uma grande e importante operação de deslocamento da população daquela área, onde há grande necessidade de atendimento na área sanitária e principalmente de saúde. Essas pessoas serão transferidas para uma área próxima à Universidade Federal do Pará, para que possam morar com dignidade, ter uma habitação que lhes dê condições de vida e que melhore o Índice de Desenvolvimento Humano não só de Belém, mas do Pará por inteiro.

É uma iniciativa do Prefeito de Belém, com o apoio de toda a Câmara Municipal de Belém e da Bancada Federal do Pará, lideradas por mim. Fiz esse trabalho junto ao Cofix, junto ao Ministro Guido Mantega, ao Secretário-Executivo Bernard Appy, ao Secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall. Agora, da mesma forma, farei o monitoramento e darei apoio junto ao

BNDES, ao Presidente Demian Fiocca, para que o projeto seja aprovado e tenha, com certeza, a chancela do Governo Federal, do Presidente Lula, a fim de viabilizar esse grande objetivo da população do meu Estado do Pará, especialmente de Belém.

Com relação à área metropolitana de Belém, também aprovamos no Cofix – Conselho de Financiamento Externo, recurso de quase R\$40 milhões para Ananindeua, que faz parte da área metropolitana de Belém, recurso esse que se completará com o projeto junto ao BID. No caso de Ananindeua, é a Cafap, que tem sede em Caracas, na Venezuela. O Prefeito Helder Barbalho esteve em Brasília, e eu o acompanhei a todas as reuniões na Secretaria do Tesouro Nacional, no Ministério da Fazenda, e temos certeza de que isso vai acontecer até a assinatura do contrato, no início do próximo ano.

O trabalho que o Prefeito Duciomar Costa tem feito em Belém é uma demonstração não só do apoio do Presidente Lula, da própria condição que ele tem com o Governo do Estado, mas, com certeza, do apoio que o Presidente Lula tem dado à Prefeitura de Belém e vai continuar a dar, tendo em vista o momento eleitoral. Há pouco, ouvimos vários Senadores se manifestarem desta tribuna, nesta tarde, no plenário do Senado, com relação a essas pesquisas que foram publicadas.

As pesquisas mostram claramente o avanço do Presidente Lula, com aceitação popular, não só com a aprovação do Governo, mas com a posição de vanguarda nas pesquisas quantitativas feitas pela CNT/Sensus, como pelo Ibope, pelo Vox Populi, e, em todas as pesquisas, o Presidente tem tido uma vantagem bastante significativa, superior a 50 pontos percentuais, dos votos válidos mais de 62%. Com certeza, teremos a vitória do Presidente Lula no primeiro turno no dia 1º de outubro, sempre contando com a vontade de Deus, que pode fazer com que este momento aconteça, e com a aprovação do povo brasileiro, em especial da Amazônia, onde o Presidente Lula tem o maior índice de aceitação não só do Governo, mas na pesquisa quantitativa com relação aos índices junto aos seus concorrentes, aos seus adversários.

No Amazonas, já estamos com uma proporção de oito votos para um, quase 80% dos votos do Estado. No Pará, já chegamos a 70%. Mas vamos continuar caminhando. Vamos em frente, aguardando nos próximos 30 dias, com certeza, o resultado desta eleição.

Da mesma forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem tive informação sobre o projeto do Estado do Pará que o Governador Simão Jatene pediu que eu encaminhasse, que acompanhasse e trabalhasse pela sua aprovação, que é o projeto Pará-Rural. São mais de US\$ 62 milhões, cerca de R\$ 130 milhões para atender à infra-estrutura rural do Pará. Esse projeto foi

encaminhado para o BIRD, já foi analisado pelo BIRD e, até ontem, estava na Secretaria do Tesouro Nacional, onde estive várias vezes acompanhando a análise dele. A informação que tive ontem do Secretário do Tesouro Nacional é de que ele já está com o Ministro da Fazenda – na verdade, na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –, e o Ministro Guido Mantega deverá assinar ainda hoje o encaminhamento desse pedido de empréstimo de mais de R\$130 milhões para o Estado do Pará. Depois ele seguirá para a Casa Civil, onde, com certeza, estarei junto à Ministra Dilma Rousseff para que ela encaminhe ao Senado Federal, se Deus quiser, até sexta-feira, a fim de ser lido no plenário pelo 1º Secretário, encaminhado pelo Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Como Presidente da Comissão, designarei Relator para que o projeto possa ser analisado e aprovado na semana de esforço concentrado, dias 4, 5 e 6 de setembro. Se Deus assim permitir, traremos a matéria para a análise do Plenário do Senado Federal, a fim de que seja aprovado esse grande, sério e importante projeto.

A Bancada federal do Pará, todos os Srs. Senadores e todos os Deputados Federais têm sido incansáveis em atender às demandas, às necessidades do Governo do Estado.

O atual Governador do Estado, Simão Jatene, tem dado o respaldo necessário para esses projetos, até para a questão documental, como aconteceu há duas ou três semanas. Da Secretaria do Tesouro Nacional, informaram-me que o projeto estava paralisado por não haver sido incluído no Plano Plurianual do Estado do Pará de 2004.

Entre em contato com a Secretaria de Produção e o Secretário Especial de Produção do Pará, Dr. Vilmos, enviou-me por *fax* cópia do Diário Oficial em que consta a alteração do Plano Plurianual feita pelo Governador, apresentando uma lei que incluía a gestão do Pará-Rural, com seus gerentes, suas atividades, sua função, revelando como seria feito o gerenciamento desse projeto. Foi encaminhado à Secretaria do Tesouro Nacional e, assim, esse obstáculo foi superado.

Sr. Presidente, trago um outro assunto. Espero que, no esforço concentrado, possamos votar também a inclusão do Tribunal Regional do Trabalho. Essa questão altera as funções de funcionários do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região do Estado do Pará da mesma forma que o Líder do Governo, o Senador Romero Jucá, incluiu a questão de Diadema, no Estado de São Paulo, do Tribunal Regional do Trabalho de lá.

O Líder do Governo incluiu essa matéria em pauta, a pedido do Senador Aloizio Mercadante, e, com muita presteza e agilidade, isso foi feito.

Na última reunião do esforço concentrado, quando estava sendo discutido o projeto de construção de 42 navios para o aumento da capacidade de endividamento da Transpetro, de mais de US\$ 4,5 bilhões, com recursos do Fundo da Marinha Mercante, foi pedida a suspensão da discussão do projeto pelo Senador Tasso Jereissati. O Senador pediu prazo para analisá-lo melhor, foi apoiado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães e pelo Senador José Jorge. Naquela ocasião, foi dado um prazo para esse projeto retornar à pauta. E o Presidente Renan Calheiros, que estava presidindo a sessão, incluiu em pauta a questão de São Paulo. E eu disse aqui e repito: se não for incluída a questão do Pará, não será votada também a questão do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Ou entra o Estado do Pará, ou, então, não se vota São Paulo. Porque, naquele momento, pedi verificação de **quorum**, e não havia **quorum** para a matéria ser discutida nem votada. A sessão foi suspensa e transferida para a próxima semana.

Estou aqui alertando e lembrando a Liderança do Governo, o Senador Romero Jucá. Já fiz um requerimento para a inclusão na pauta essa questão do Pará, que não é criação de cargos, como ele na hora interpretou, dizendo que não o incluiria. Repito: ou se inclui o Pará, ou não se vota nada aqui! São Paulo também não será votado! Não podemos discriminar Estados no Congresso Nacional, no Senado Federal.

Reafirmo isso e, na próxima semana, retorno a esta tribuna, para, durante o esforço concentrado do mês de setembro, dizer novamente da obrigatoriedade de se incluir o Estado do Pará, como foi apresentado na oportunidade. Fiz isso agora, por meio de um expediente escrito, de acordo com o Regimento do Senado Federal, para que todos os Líderes assinem, assegurando que o caso é idêntico, é semelhante, é similar, é igual ao caso de São Paulo.

Portanto, não podemos prejudicar o Pará ou qualquer outro Estado.

Tomei essa decisão em relação ao Pará e reafirmo que irei insistir nisto: se, no dia, o Pará não for incluído, por qualquer motivo, vou pedir verificação de **quorum**, e, com certeza, não se vai votar nada.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão de Educação, que também representa neste momento o Estado de Minas Gerais.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marcos Guerra, Srs. Senadores, Senhores telespectadores da TV Se-

nado, hoje vou cometer aquele erro sobre o qual meus conselheiros aqui sempre me advertem. Eles dizem: “Nunca fale de improviso, sempre traga o discurso escrito.” Mas hoje vou falar um pouco com o coração.

Estava eu sentado aqui, assistindo ao discurso do Senador Jefferson Péres, por quem tenho grande carinho, respeito e admiração, porque realmente S. Ex^a serve como modelo para quem acredita no País, para quem acredita na sociedade, para quem acredita nos políticos e para quem acredita em uma sociedade democrática. E realmente fiquei muito triste com praticamente um adeus da vida pública, com quatro anos de antecedência, do Senador Jefferson Péres.

Sinceramente, embora conheça bem a personalidade do Senador Jefferson Péres, torço para que S. Ex^a mude de opinião, porque o tenho no maior conceito. Esta Casa é muito valorizada com a presença do Senador. As discussões colocadas por S. Ex^a são sempre de uma honradez tremenda, falando bem do País.

Fiquei muito triste de estar sentado e vendo como falou o Senador Jefferson Peres. Não sei se S. Ex^a está um pouco magoado por este momento político que estamos vivendo; talvez esteja um pouco angustiado. Mas S. Ex^a tem caminhado bastante como candidato a vice-Presidente na chapa do Senador Cristovam Buarque, do PDT. Então, quero pedir que o Senador Jefferson Péres pense um pouco e que relaxe nesse feriado quem vem, analisando toda a história do Congresso Nacional, uma Casa onde os representantes estão presentes pelo voto.

Muitos morreram para que esta Casa não fosse fechada; muitos lutaram para que esta Casa não fosse fechada. Então, estamos vivendo todo esse problema com os políticos, mas não é a maioria do Senado nem da Câmara dos Deputados que está sendo julgada. Em todo grupo, seja de políticos, ou de empresários, ou de qualquer outro ramo, sempre haverá problemas.

Estamos vivendo momentos difíceis. Toda a imprensa está voltada para o Congresso Nacional, para os Deputados, para os Senadores. Uma série de denúncias estão sendo levantadas. Muitos estão sendo acusados, e penso que todos têm direito a defesa. Mas os que não têm mais como se defender – pois já há prova contra eles – estão sendo encaminhados para os órgãos do Congresso para serem julgados e serão condenados na forma como o Congresso permite. E esta Casa vai continuar a existir sempre.

Aqui passam grandes homens da nossa história, tanto no Senado quanto na Câmara. Aqui no Senado, temos ex-Presidentes, ex-Governadores, ex-Senadores que voltaram a ser Senadores. Então, creio que devemos ter um pouco de paciência. Temos de analisar as situações. A sociedade vai votar, e será com o voto secreto, Sena-

dor Marcos Guerra, o que é importante. Na hora em que o cidadão chega àquele local fechado onde vai assinalar seu voto, ele é o homem mais poderoso do Brasil. Seja ele da classe social que for, esteja ele ganhando um salário mínimo ou menos, seja ele um grande empresário, um grande milionário do Brasil, terá o mesmo direito ao voto que o outro. Ou seja, só vale um voto. Então, naquele lugarzinho, ele é o homem mais poderoso do País. Ele vai decidir um terço do Senado, que estamos renovando agora, e vai decidir toda a Câmara Federal.

Agora, se o povo decidir os nomes dos Deputados e dos Senadores que vão compor o Congresso Nacional, está decidido, Senador Guerra. Esse é o sistema democrático. É assim que se faz esta sociedade. É assim que se defendem os direitos. Esta sociedade é representada por grupos. No Congresso, tanto no Senado quanto na Câmara, esses grupos se fazem representar, sejam eles com cinco deputados, sejam eles com cinco senadores, sejam eles com dez deputados de uma linha de esquerda, de direita, de centro, negro, branco, amarelo. O importante é que esta Casa vai sempre representar o que é o nosso País. Penso que o bonito é isso: a todo momento vemos a renovação, senadores novos que chegam, senadores mais antigos que se vão.

A sociedade não perdoa o erro. Ela não elege quem ela acha que está errado. Agora, quando ela sente que existe algo de estranho no ar e que aquele candidato que está sendo acusado não é o culpado, ela vai julgar e votar. Isso é que é bonito na democracia.

Alguns erros acontecem? Sim. Entretanto, o que não pode existir, Senador Marcos Guerra, são pessoas que aparecem como se tivessem a definição da moralidade. Alguns estão sendo cassados porque não representam o que é a moralidade. No entanto, outros que deveriam ser cassados estão definindo que aquela moralidade passa.

Então, quem vai definir o que é moral e o que é imoral é o povo, na hora de votar. É o povo que vai definir quem vai voltar para o Congresso e quem não vai voltar.

Voltando ao assunto, eu queria, Senador Jefferson Péres – que com certeza está me ouvindo –, que V. Ex^a reconsiderasse sua posição, passado este momento. V. Ex^a deve estar angustiado, talvez seja isso. É um momento difícil para esta Casa, há uma pressão muito grande da sociedade, sempre representada na imprensa, mas não podíamos ficar sem V. Ex^a nesta Casa. Espero que reconsidere. Tenho-o realmente como um exemplo a ser seguido – não só V. Ex^a, como vários Senadores aqui. Fiquei muito triste ao vê-lo falar da tribuna tão angustiado e espero ouvir de V. Ex^a, após a eleição, que agora este é um novo Congresso, um Congresso que representa a vontade do povo e que V. Ex^a vai cumprir os quatro anos que lhe restam e depois tentar sua reeleição para mais oito anos aqui nesta Casa.

Penso que é isto que está faltando ao Congresso: o otimismo, a vontade de acreditar em um Brasil sempre melhor. E assim tem sido há anos e anos e anos.

Tive oportunidade ontem, Senador Marcos Guerra, de conversar com alguns políticos que citaram Getúlio – período da história da qual não participei –, mostrando que a democracia vem a todo momento enfrentando dificuldades, mas cada vez se consolidando mais. Creio que este direito de eu estar aqui falando para todo o Brasil, falando para os Senadores, para V. Ex^a, Sr. Presidente, foi conquistado não por mim, mas pelos políticos que nos antecederam. Esses políticos lutaram para que este Congresso continuasse aberto, permitindo a liberdade do debate de que hoje desfrutamos aqui, a ponto de o Senador Luiz Otávio dizer claramente que, se não se submeter à votação uma questão relativa ao Estado para o qual foi eleito para representar, o Pará, S. Ex^a vai também pedir verificação de **quorum** para matéria atinente a outro Estado. Este é um direito que a Constituição nos confere: a liberdade. É o maior direito que temos nesta Casa.

Diante de tudo o que está acontecendo, não adianta dizer que existem ou inexistem culpados. O próprio Congresso e o povo vão tirar os culpados. O povo é que elege. O povo é que tira. O povo é que vai podar a árvore – digamos assim. E toda a árvore, depois de podada, cresce forte.

Sr. Presidente, assomei à tribuna hoje para dar uma injeção de otimismo no Senador Jefferson Péres, que me parece hoje um pouco angustiado.

Senador Jefferson Péres, vamos ter calma! Precisamos muito de V. Ex^a nesta Casa. São maravilhosos os debates dos quais sempre participa e aos quais o público, em casa, está acostumado a assistir. V. Ex^a conquistou o respeito da sociedade brasileira. Portanto, reconsidere sua posição. Espere as eleições e verá como é reconhecido pela sociedade por suas posições. Espero outra vez estar sentado na minha cadeirinha ali, ouvindo, com certeza, seu discurso dizendo que o País mudou, que V. Ex^a está mais otimista e que esta sociedade ficará cada vez melhor.

Muito obrigado, Presidente Marcos Guerra.

Era só isso o que eu tinha a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB - ES)
– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Marcos Guerra, Flexa Ribeiro e Antero Paes de Barros enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Lula, Pressupondo-se Reeleito, Planeja
Controlar os Meios de Comunicação
Com Idéias Ditatoriais

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, começo com a leitura de frase com a qual concordo, sobretudo por combinar com democracia:

A liberdade de imprensa está ligada ao compromisso com a verdade.

A frase não é minha. Nem de Lula. Foi escrita para ele e por ele proferida, ontem, em São Paulo, na abertura do 6º Congresso Brasileiro de Jornalistas.

A frase, repito, combina com democracia. Mas, em nenhuma hipótese, combina com a postura do Presidente Lula nem com seu Governo.

Ao invés de combinar, ela choca-se com os reais propósitos de Lula, revelados 24 horas antes pela **Folha de S. Paulo**. O jornal divulgou a essência de polêmico projeto do PT, o partido do Presidente, de “democratizar” a comunicação, com o incentivo à criação de meios independentes de grandes grupos econômicos.

O verbo democratizar foi publicado com aspas pelo jornal paulista por encobrir o real propósito do Governo, o de controlar os meios de comunicação, “assegurando equidade e proporção na cobertura da mídia eletrônica.”

O que quer dizer isso? Isso quer dizer que, para a mente petista, os horários da televisão devem ser divididos igualmente, desde que, devem pensar, a maior parte caiba ao Governo Lula em seu (suposto) segundo mandato.

Essa idéia aloprada e inteiramente destrambelhada, essa sim, combina com o perfil do Presidente Lula. Sobretudo diante de outras iniciativas, igualmente disparatadas que tentou antes, felizmente sem êxito e graças ao Congresso Nacional.

No evento de ontem, ele repetiu o que o Planalto entendeu que, às vésperas de uma eleição, era apropriado para o momento. Por isso, o Presidente reafirmou seu compromisso pessoal e de governo com a liberdade de imprensa e ressaltou que essa liberdade está ligada ao compromisso com a verdade.

A face verdadeira e oculta de Lula nesse quase findo quadriênio jogado fora revelou – e a Nação sabe disso – o protótipo brasileiro de um perfeito ditador. Passo a passo, ele tentou limitar a liberdade de expressão no Brasil, primeiramente com o famigerado Conselho Nacional de Jornalistas.

Lula, isso é óbvio, não gosta da imprensa livre, para ele um estorvo no caminho de suas intenções pouco recomendáveis. A Nação não se esquece daquela cena, em cenário europeu, do pretense Lula-ditador, num sofá colocado sobre o gramado do jardim

de um palácio. Foi aquela armação, apresentada como entrevista do Presidente!

Caiu no ridículo. E no ridículo caíram suas tentativas de cercear a liberdade de imprensa, como na ocasião em que pensou em expulsar do Brasil o jornalista Larry Rohter, correspondente aqui do **The New York Times**.

As ameaças permanecem, agora na forma de intenções governamentais de exercer o controle sobre as atividades dos meios de comunicação no Brasil.

Não sou eu a denunciar essas novas e afiadas garras do totalitarismo a que Lula devota incrível predileção.

Quem faz a denúncia é o respeitável jornal **Folha de S. Paulo**. Em sua edição de domingo, há uma completa reportagem assinada pelo jornalista Fábio Zanini, põe a nu um plano, já debatido no partido do Presidente, para financiar jornais e revistas independentes.

Por independentes, o Governo Lula entende essas publicações panfletárias pagas para falar bem das ações governamentais e seus dirigentes.

Já há uma dessas circulando no País, a pravdia-na Revista do Brasil, bem ao gosto dos tiranos já fora de moda. Só aplaude, para não dizer endeusa, o para ela irrepreensível governo petista que aí está.

É de pasmar o que se anuncia e que o jornalista Zanini denuncia. Está logo na abertura da matéria:

(...) o texto em discussão na campanha petista inclui mudanças na legislação para assegurar equilíbrio e proporção na cobertura de mídias eletrônicas, incentivos econômicos para a formação de jornais e revistas independentes e a criação de conselhos populares que teriam poder sobre as atuais e futuras concessões de rádio e tevê.

Se isso não é controle sobre as atividades da mídia, então é preciso, e com urgência, mudar alguns verbetes dos dicionários da língua portuguesa.

Isso, essa idéia de Lula, não passa no Congresso Nacional, podem ele e seus companheiros tirar o cavallinho da chuva. Mas ele vai insistir. E vai ter apoio dos petistas apatrulhados.

Se passasse, seria a farra do século. Picaretóides travestidos de jornalistas que nunca ninguém viu ou leu apareceriam céleres atrás desses incentivos petistas:

Dá um dinheiro aí que eu monto um jornal para só falar bem do Governo Lula!

A ditadura Vargas, que se iniciou na década de 30, fez algo parecido. E chegou a criar o horroroso DIP, o Departamento de Imprensa e Propaganda.

Agora, a ameaça é de um dipzinho disfarçado, o DIP-Lula. Se viesse a ser aprovado, iria caracterizar

para a história a passagem de Lula pelo poder no Brasil. Não será aprovado!

De Estado Novo, o tempo de exceção de Vargas, e, num tempo mais remoto, das práticas de Goelbs, na ditadura nazista, o povo livre apenas tem vagas lembranças.

Na ditadura militar de 64 no Brasil, existiu muita coisa parecida, incluindo as frases nazistóides do tipo Brasil, ame-o ou deixe-o e Brasil, um país que vai pr'á frente.

Nelas, terá se inspirado o Palácio do Planalto, sob a batuta de Duda Mendonça, para criar esse execrável dístico

Ao anunciar seu pretenso programa de Governo para um suposto segundo mandato, o Presidente-Candidato Luiz Inácio Lula da Silva agiu como o gato escaldado, que de água fria tem medo. Não repetiu a babilônica promessa dos tais 10 milhões de empregos e sinalizou o que diz pretender realizar com meia quilo de quirera. Quirera da pior. O mínimo que se pode dizer é que se trata de programa sem metas

Os novos acenos de Lula já não convencem o povo brasileiro. Ele, no entanto, nem mesmo percebe, nem sabe – agora sim, de verdade – que pau que nasce torto ninguém, jamais, em tempo algum, consegue endireitar.

Se ele, como imagina, vier a se reeleger, pobre País! Pobre mesmo, vai continuar tudo igual, com tendência a piorar. Basta ler o que ele diz ser um programa de Governo para o segundo mandato.

A verdade mais é que o quadriênio perdido vai dobrar de tamanho e a população pobre do Brasil permanecerá a ser tratada exclusivamente com os programas assistencialistas, que, se são necessários, só deveriam ser adotados como trampolim para o desenvolvimento do País e a geração de empregos, aqui, não na China, onde ele, Lula, ajudou a criar.

Nas ações classificadas como “prioritárias” – leio os jornalistas Vera Rosa e Sérgio Gobetti, do **Estadão** – o novo programa de Lula ressuscita a retórica da inclusão social como “eixo do desenvolvimento”. As metas numéricas desaparecem do dito programa, a não ser na Educação, numa equipe que só rateou nessa área nesses quadriênios de que nada se aproveita.

As linhas básicas para a Educação ainda estão sendo armadas. Quem, porém, delas tomou conhecimento lamenta que até o papel em que é redigido, o texto tenha como cabeçalho as frases de propaganda, como essa do Brasil, um país Brasil, um País de todos, que hoje substitui a bandeira nacional e o brasão das armadas da República.

Esses atentados à democracia foram perpetrados no Palácio do Planalto, naquela secretaria de Gushiken.

Também ali e, lamentavelmente, no Ministério da Cultura, nasceram as idéias amalucadas do Governo, como a do Conselho Federal de Jornalismo, que teria

por objetivo orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão com o poder de punir jornalistas. Foi rejeitado pelo Congresso Nacional.

Mas Lula, incorrigível e obsessivo, voltou à carga e propôs, com a ajuda do Ministro Gil, a criação de outro monstrego, a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, para substituir e, para o bel-prazer de Lula, controlar a produção na área.

Nessas suas insólitas investidas, Lula e a turma petista do Planalto – a mesma dos escândalos dos Correios, dos Mensalões e dos sanguessugas – usam frases com as quais julgam encobrir intenções de despotismo.

No tal programa de democratização dos meios de comunicação, a reportagem da **Folha** menciona essa pérola de redação para inglês ver:

A democratização dos meios de comunicação deve ser entendida como ponto fundamental para o aprofundamento da democracia no Brasil.

O que Lula está querendo não é nada disso. Ele quer mesmo é rolha; lei rolha para dirigir, conduzir, dirigir, pressionar, avacalhar e achincalhar a imprensa.

No ensino fundamental e nos cursos de alfabetização de adultos, o imaginário segundo Governo Lula pretende criar uma tal de Rede Nacional de Educação Cidadã.

Educação, para começar, não precisa de rótulos. Basta ter professores, instalações, meios e seriedade.

Seriedade não foi o forte do Governo nesse quatriênio perdido. E aí vale repetir a frase com que comecei este pronunciamento: pau que nasce torto...

Quem tem acesso às linhas dessa Rede Cidadã, no mínimo se assusta. Vai ser igual ao aparelhamento da máquina estatal, tomada de assalto por petistas que só precisavam ter a carteirinha do partido.

É o País dominado pela ignorância. Que agora ameaçaria chegar às escolas públicas, dizem os que acesso aos rascunhos da Rede Nacional de Educação Cidadã, muito adequada para governos do tipo Chávez, da Venezuela, e Evo Morales, da Bolívia.

Imagino que, em seus propósitos surdos, Lula, se pudesse, determinaria que se redigisse uma nova Lei Rolha. Nela, os meios de comunicação estariam obrigados dividir o espaço de seus noticiosos com equidade, controlada pelo Palácio do Planalto e jamais criticar erros, desvios e corrupção dos agentes governamentais.

Se a Lei Lula-Rolha existisse, não teriam sido denunciados os atos de corrupção desse Governo

que aí está. Todos filmados e mostrados à Nação, que, só assim, graças à imprensa livre, pôde inteirar-se de todas aquelas barbaridades, o roubo mesmo, que se praticava a partir do Palácio do Planalto.

Termino, com duas conclusões:

1ª – Lula e democracia não combinam.

2ª – A democracia vai continuar, o Congresso está vigilante; a imprensa livre também. Não permitiremos, no Congresso e na imprensa, essas maluquices petistas. O Brasil é sério!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para dizer que o jornal **O Estado do Amazonas**, em sua edição do último dia 20, publicou excelente entrevista do professor Aguinaldo Nascimento Figueiredo, feita pelo jornalista Sebastião Reis.

O professor Aguinaldo é um apaixonado pela Educação e pela História. Leciona nos períodos da tarde e da noite para turmas que reúnem aproximadamente mil alunos.

Além disso, desenvolve outra importante atividade para o campo cultural. É o coordenador do suplente Museu do Conhecimento, publicado, nos fins de semana, pelo jornal **O Estado do Amazonas**.

Ele é o autor do livro “A História Geral do Amazonas”, no qual sistematizou conhecimentos esparsos, acabando com a lacuna até então existente para o ensino e o aprendizado de temas da história regional.

Na entrevista, o professor Aguinaldo fala da importância da Educação, critica modelos que vêm sendo adotados, sem êxito, pelo Brasil, expõe idéias para melhorá-la e, fala também por que se desligou do Partido dos Trabalhadores após 15 anos de militância.

Vale a pena ler aqui o que disse: “Politicamente – disse ele – o PT foi minha maior decepção. Enquanto vendíamos cartelas de bingo de galinhas, o alto escalão do partido se locupletava com grandes empresários da direita mais sórdida deste País no engendramento de maracutaias. O PT, para mim, foi uma fraude, um estelionato nacional.”

Sr. Presidente, anexo a este breve pronunciamento a íntegra da entrevista, a fim de que seja transcrita nos Anais da Casa.

Era o que eu tinha dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“O professor do museu”

Imprensa

Lula diz que mídia deve ser fiel à verdade.

Na abertura do congresso da ANJ, Presidente diz que liberdade de imprensa está ligada a compromisso com a imparcialidade.

Homenageado no evento, Jaime Sirotsky afirma que mídia independente torna possível o conhecimento e o combate contra a corrupção.

Lilian Christofoletti

Leandro Beguoci

DA REPORTAGEM LOCAL

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou ontem da cerimônia de abertura do “6º Congresso Brasileiro de Jornais”, promovido pela ANJ -Associação Nacional de Jornais. No evento, o presidente reafirmou seu compromisso pessoal e de governo com a liberdade de imprensa e ressaltou que essa liberdade está ligada ao compromisso com a verdade.

A declaração de Lula foi feita um dia depois de a Folha divulgar o polêmico projeto do PT de “democratizar” a comunicação, com o incentivo à criação de meios independentes de grandes grupos econômicos. A iniciativa seria subordinada a uma secretaria ligada à Presidência da República.

“Um dos princípios da Carta de Chapultepec afirma que a liberdade de imprensa está ligada ao compromisso com a verdade, a busca de precisão e a imparcialidade”, disse Lula.

O presidente ainda completou: “A influência da palavra escrita dependerá sempre da sua veracidade e a nação pode confiar com segurança na sábia discriminação de um público leitor que, com a melhora da educação em geral, seja capaz de discernir entre a verdade e a ficção”.

Sob a coordenação da SIP (Sociedade Interamericana de Imprensa), a Declaração de Chapultepec foi aprovada em março de 1994, no Castelo de Chapultepec, na Cidade do México, e afirma o compromisso e o apoio à liberdade de expressão e de imprensa. Trata-se de uma carta de princípios assinada por chefes de Estado, juristas, entidades ou mesmo cidadãos comuns.

Em recentes discursos e atos públicos de campanha, Lula tem criticado a atuação da imprensa e diz ser discriminado. Além do presidente, membros do PT e do governo acusam setores da mídia de fomentar atitude golpista.

Minutos antes de Lula iniciar sua fala, o presidente da ANJ, Nelson Sirotsky, que foi reconduzido ontem ao cargo, afirmou que a adesão do presidente aos princípios da Carta, em maio deste ano, “é um compromisso definitivo do cidadão Luiz Inácio Lula da Silva com os princípios da liberdade de expressão e de imprensa em nosso país”.

Lula afirmou ainda durante o discurso que a história política da vida dele deve-se muito à imprensa livre e independente. “A publicidade que ela deu à luta pela renovação dos movimentos dos sindicatos e da organização dos trabalhadores nos anos 70, a despeito da censura que ainda vigorava naquele tempo, foi fundamental para o início de um novo ciclo da história brasileira. O meu compromisso com a liberdade e a democracia é sagrado.”

Combate à corrupção

O homenageado da noite, Jaime Sirotsky, que já presidiu a associação e recebeu o título de sócio honorário da ANJ, disse que uma mídia independente permite o combate à corrupção. “Nos regimes autocráticos, as mazelas não aparecem porque ficam mais escondidas.”

O evento contou com a participação dos ministros Celso Amorim (Relações Exteriores), Márcio Thomaz Bastos (Justiça), Dilma Rousseff (Casa Civil), Tarso Genro (Relações Institucionais) e Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência); do presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PC do B-SP), do governador de São Paulo, Cláudio Lembo, e do prefeito da capital, Gilberto Kassab (PFL).

O congresso continua hoje e amanhã no WTC Hotel, em São Paulo, e deverá contar nesta edição com um número recorde de 582 participantes.

Os trabalhos serão divididos em cinco palestras gerais e debates e painéis simultâneos. Serão discutidas tendências e inovações no campo do conteúdo, circulação, publicidade, tecnologia, gestão e responsabilidade social das empresas.

A abertura do congresso coincidiu com o encerramento da Primeira Cúpula Latino-Americana de Líderes de Jornais, que reuniu especialistas de 15 países diferentes em debates sobre os principais desafios estratégicos dos jornais da América Latina. **(Folha de S.Paulo, 30 de agosto de 2006)**

O professor do Museu

COORDENADOR DO SUPLEMENTO 'MUSEU DO CONHECIMENTO', AGUINALDO FIGUEIREDO CRITICA A INÉRCIA DO PROCESSO DE EVOLUÇÃO EDUCACIONAL

Como a maioria dos professores deste País, ele batalha muito para tentar viver dignamente. Leciona nos períodos da tarde e da noite para turmas que reúnem aproximadamente mil alunos. É o mestre, como se pode chamar pelo conhecimento e experiência que adquiriu e transfere em suas aulas, alusão que nos remete ao lendário filme "Ao mestre com carinho", protagonizado pelo ator francês Sidney Poitier. Ex-iarinheiro, o professor e historiador Aguinaldo Nascimento Figueiredo, coordenador do suplemento Museu do

Conhecimento, publicado todos os finais neste Jornal, é daqueles profissionais que vale a pena conhecer. Detém informações amplas e abrangentes sobre os fatos históricos deste mundo, além de uma visão ideológica que permite analisar criticamente todos os acontecimentos da História.

Ex-filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), o professor Aguinaldo diz, na entrevista ao *Estado do Amazonas*, o porquê de o Brasil viver hoje a situação em que se encontra, de violência extrema, abismos sociais terríveis e fracasso na educação.

■ Sebastião Reis

O Estado do Amazonas - pós 12 anos de magistério, como o senhor analisa hoje esta nobre missão?

Aguinaldo - Importante e estratégica para qualquer país que queira ser grande, porém negligenciada pelo poder gestor, que não valoriza a educação. Além disso, a cada dia a profissão vê mais sufocada por tarefas que não são afeitas à prática do magistério, sobrecarregando o papel do mesmo, influenciando a baixa estima do professor e na baixa qualidade do ensino.

O Estado - O que fazer para tentar mudar a realidade da educação no Brasil?

Aguinaldo - Primeiro, ética e competência na gestão da educação como um todo, combatendo o desperdício, a

ética e competência na gestão da educação como um todo, combatendo o desperdício, a corrupção e a incompetência. Segundo, investimento na formação dos professores, principalmente na base, com salários dignos e, claro, investimentos na estrutura física das escolas, dotando-as de bibliotecas (não saletas com livros amorfos e ultrassados), laboratórios, sala de artes e espaço para prática de educação física. O sonho seria a escola de tempo integral já concebida pelo então governador do Rio, Leonel Pizolli, aplicando uma ideia do antropólogo Darcy Ribeiro.

O Estado - O modelo de educação aplicado no Brasil é o ideal?

Aguinaldo - Na verdade, mudamos muito pouco em relação a modelos. Virou moda copiar modelos de educação talvez bem sucedidos em outros países, mas que aqui redundaram em grandes

fracassos. O que falta é chamar a sociedade para um grande pacto para elaborar uma proposta que contemple o que nós de fato podemos e queremos fazer. Isso tem que envolver todos os segmentos indistintamente, para saber onde buscar as soluções, porque de mágico de improvisadores, já bastam 300 anos de colonialismo.

O Estado - Sempre se diz que a violência, além de outros problemas de nossa sociedade, decorrem da negligência com a educação. O senhor concorda?

Aguinaldo - Só concordo. A educação é um processo demorado, enfadonho, mas revolucionário na vida de qualquer pessoa. Ledo engano das pessoas que pensam que frequentar a escola e adquirir conhecimentos vai tornar as pessoas ricas, opulentas. Não, a função da educação, fundamentalmente, é humanizar, é nos tornar seres diferentes dos irracionais pelo reconhecimento da nossa própria racionalidade e espiritualidade, pois conhecer a si é entender, compreender e respeitar o outro.

O Estado - O que é ser historiador?

Aguinaldo - O sociólogo Eduardo Galeano, certa ocasião, septenciou que o historiador "é um profeta com os olhos para o passado". De fato, o futuro é o reflexo do seu passado, do que você fez no seu currículo, e assim são as sociedades. Só podemos conhecer os caminhos a ser percorridos se analisarmos e tirarmos os bons proveitos do que foi feito no passado, para evitar justamente os passos mal dados. Ser historiador, hoje, é ser profissional. Não há mais espaço para amadorismo, para contadores de histórias, meros reprodutores de fatos, sem a reflexão e, acima de tudo, sem sua opinião. Porque, além de sujeito, o historiador é objeto da História.

O Estado - É possível, a luz da história, analisar hoje os problemas da violência e dos abismos sociais do Brasil?

Aguinaldo - Primeiro de tudo, está visível que parte da

violência é resultado do enfraquecimento da autoridade do Estado. Leis lenientes, fáceis de serem burladas, manipuladas, autoridades frouxas em tomar atitudes enérgicas para coibir o acinte da bandagem que cada dia se torna mais ousada, mais atrevida diante do recuo inexplicável de quem deveria reprimi-la. Não adianta colocar a culpa na polícia. A questão da ausência de política públicas, o péssimo exemplo de quem deveria ter zelo e honestidade com o bem-estar da sociedade influencia na questão moral que gera um sentimento de impunidade.

O Estado - Isso é decorrência de um processo histórico?

Aguinaldo - Com certeza. A história do Brasil é um mosaico de desmandos, de violência do próprio Estado na repressão de movimentos sociais, de abusos dos direitos humanos, da ausência do Estado levando os serviços básicos em regiões de extrema pobreza, que são os bolsões de miséria, hoje quartéis gerais da violência. A insistência em encerrar a educação como uma ação de segundo plano que, para o

poder, gera gastos ao invés de ser investimento, é fundamental no processo de agravamento da situação. É mais fácil construir presídios do que equipar ou construir escolas.

O Estado - Por que o senhor, após 35 anos de militância, deixou o PT?

Aguinaldo - Politicamente, o PT foi minha maior decepção. Enquanto vendíamos cartelas de bingo de galinhas, o alto escalão do partido se locupletava com grandes empresários da direita, mais sórdida deste País no engendramento de maracutaías e traições aos seus princípios. O PT, para mim, foi uma fraude, um estelionato nacional.

O Estado - Longe do PT, o senhor se aproxima mais de algum partido?

Aguinaldo - Não. Os partidos que se apresentam ditos de esquerda são agremiações ultrapassadas. Não fazem reflexões políticas há muito tempo, reproduzem situações arcaicas desajeitadas ao mundo contemporâneo. São nefelibatas, sonham com uma revolução impossível. Além do mais, estão diante do povo que elejura detetores, pois não conseguem mobilizar mais do que 30 pessoas numa reunião qualquer. Os partidos de direita, nem pensar!

O Estado - O comunismo associado ao capitalismo empregado em países como a China seria a solução?

Aguinaldo - Não. A China já dá sinais de graves distorções e repetição dos mesmos vícios dos países capitalistas. Por exemplo, a maior empresa chinesa é o Partido Comunista, corrupto, inchado e violento. Lá, já existem ao menos 150 milhões de pobres e miseráveis desamparados.

O Estado - Algum país no mundo desperta sua atenção pelo desenvolvimento e qualidade de vida?

Aguinaldo - Quando fui marinheiro, tive oportunidade de conhecer muitos países de primeiro mundo e outros menos desenvolvidos. Apenas um, não pelo fato de ser uma grande potência mundial, mas pela sua história, pelo seu grau de civilidade, me impressionou grandemente o modo como vivem os franceses, notadamente os de Paris. Só para citar uma ideia do grau de avanço civilizatório, o último crime passionel ocorrido na França foi em 1967.

O Estado - Mas, hoje, tanto a França quanto outros países desenvolvidos da Europa enfrentam um problema sério: o peso da Previdência Social. O Brasil, cuja população envelhece, também está chegando lá. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

Aguinaldo - O caso da França é emblemático. Não só a Previdência, mas outros benefícios a que o povo francês usufruiu foram conquistados de anos de lutas do pós-guerra, que transformou a França num Estado do bem-estar social, aquele que é presente nas reivindicações da sociedade de um modo geral. Acontece que isso atraiu uma enorme massa de imigrantes em busca de vida melhor, inchando o País. Além do mais, o País envelheceu, encarecendo os custos da Previdência. Vale lembrar, encarecendo os custos da Previdência. Vale ressaltar que a França foi o único país da Europa que resistiu às grandes reformas do neoliberalismo.

O Estado - E sobre o suplemento 'Museu do Conhecimento', do qual o senhor é coordenador. Esse trabalho é diferenciado, na sua opinião, em termos de jornalismo no Amazonas?

Aguinaldo - Com certeza. É um projeto de grande alcance do ponto de vista da complementação da informação em forma de conhecimento que visa a atingir as pessoas que admiram o saber como um todo. É plural, dinâmico, enciclopédico e está aberto a todo e qualquer questionamento e sugestão. Hoje, temos muitos leitores que interagem nesse processo, sugerindo e solicitando matérias relevantes e 'sui generis'.

O Estado - O senhor lançou há quatro anos o livro "A história geral do Amazonas". Fale um pouco sobre essa obra.

Aguinaldo - Esse trabalho representou um grande sonho que povoava meus desejos. Como professor verifiquei a dificuldade que colegas e alunos tinham em trabalhar com temas de história regional, uma vez que havia muito conhecimento produzido, mas pouco sistematizado e facilitado para linguagem da sala de aula. Fiz a obra às minhas expensas e vendi mais de cinco mil exemplares, o que considero um grande sucesso.

O Estado - E vem outro livro por aí?

Aguinaldo - Sim, brevemente, o mais tardar em outubro, estaremos com uma quarta edição na praça com novas abordagens e novo design, mais colorido e ilustrado, sempre com muitas informações de interesse de quem se preocupa com a nossa história.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conciliar proteção ambiental com crescimento não é tarefa impossível. Experiências de países desenvolvidos já provaram que o respeito ao meio ambiente pode até mesmo impulsionar a atividade econômica e o progresso de uma região. Mas pode muito bem acontecer o contrário – que uma região inteira, em que vivem milhares ou milhões de pessoas, seja condenada ao atraso, retardando em décadas ou para sempre qualquer perspectiva de progresso. É também muito possível colocar em risco a soberania nacional.

Isso acontece quando decisões arbitrárias, que desprezam a realidade, são tomadas por burocratas despreparados, e quando prevalece a influência de organizações não-governamentais, as chamadas ONGs, que escondem por trás de sua atuação interesses muitas vezes questionáveis.

É neste último contexto que se enquadram dois exemplos de ação desastrosa do Ibama, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e que atingem meu Estado, o Espírito Santo.

Na época em que era mais intensa a crise diplomática com a Bolívia, causada pela desapropriação das operações de petróleo e gás da Petrobras naquele país, o Ibama resolveu criar, por meio de portaria, uma “zona de amortecimento” no Parque Nacional de Abrolhos. Com a demarcação dessa zona, ficou proibida qualquer atividade de exploração e produção de hidrocarbonetos num extenso território que abrange Espírito Santo e da Bahia. O pior é que, nessa região, estão situados campos que já produzem, e com resultados expressivos. Além disso, criou-se uma “área de restrição” em que a exploração de petróleo e gás está sujeita ao cumprimento de uma infinidade de procedimentos burocráticos, capazes de inviabilizar qualquer empreendimento.

Pois essa portaria partiu do mesmo governo que anunciou como meta atingir a auto-suficiência na produção de gás daqui a dois anos, em 2008. Para alcançar esse objetivo, é imprescindível e urgente a exploração intensiva dos recursos do litoral capixaba, como admite a própria Petrobras. No caso do Espírito Santo, que detém a segunda maior reserva de petróleo do País, a exploração torna-se quase impossível se forem obedecidos os critérios que o Ibama pretende impor.

É evidente, para qualquer observador atento, que a decisão do Ibama esteve sujeita à influência indevida de ONGs como a Conservation International, que, provavelmente para camuflar a natureza multinacional de suas operações, usa no Brasil o nome em português, Conservação Internacional. Uma publicação da

entidade, intitulada Megadiversidade, com data de outubro do ano passado, apresenta, com prefácio da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, um estudo sobre os supostos impactos da exploração e produção de hidrocarbonetos na região de Abrolhos, e defende ainda mais restrições para estas atividades.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o fato é que estamos diante de um governo que parece não ter uma agenda coerente para o desenvolvimento do País. Falta um planejamento pragmático e objetivo que permita a concretização de empreendimentos de longo e até mesmo de médio prazo. Como confiar nas metas anunciadas pela Petrobras, se elas são inviabilizadas por uma simples portaria editada pelo Ibama – que, por sinal, quebra unilateralmente um acordo com os governos do Espírito Santo e da Bahia, segundo o qual não haveria alterações na zona de restrição de Abrolhos sem entendimento prévio entre as partes?

O segundo exemplo, não menos lamentável, é o da criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas, numa área de quase 17 mil e 500 hectares, nos municípios de Pancas e Águia Branca, na região Noroeste do Espírito Santo. É uma região habitada por mais de 500 famílias de pomeranos e alemães que vivem no local há muitas décadas, e por seus descendentes. Com o pretexto de proteger a Mata Atlântica, o que se pretende é expulsar de suas terras todos esses pequenos agricultores, justamente os responsáveis pela preservação da vegetação nativa.

Donos legítimos das terras que cultivam, eles serão obrigados a abandoná-las, ficando sem a sua fonte de sustento – tudo em nome de um critério absurdo, que ignora o fato de os métodos de cultivo praticados por esses imigrantes e suas famílias não agredirem a natureza. Ou seja, os “protetores do ambiente”, numa demonstração de visão estreita, estão se voltando contra quem é na verdade seu aliado.

O drama social dos moradores da área do Parque dos Pontões, os prejuízos que a portaria 39 causará para a economia do Espírito Santo e para a produção de combustíveis no Brasil – nada disso sensibiliza os burocratas e representantes de ONGs. Para eles, o que importa é que seus fins sejam atingidos, a qualquer custo. Conclamo os Senadores a lutarem pela derrubada de tais decisões insensatas, sob pena de vermos, em tempo não muito distante, o Brasil loteado em áreas de preservação, graças à interferência ilegítima de organizações estrangeiras, com a cumplicidade do Ibama.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Muito além do jardim”, de

autoria da jornalista Dora Kramer, publicado na sua coluna do jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 18 de agosto do corrente.

A colunista, em seu artigo, mostra que o presidente Lula “tirou o PT de cena” em seu programa do horário eleitoral, com a expectativa de que o vejam como uma personagem acima das questões partidárias.

No entanto, o artigo mostra que o presidente Lula “continua muito à vontade na condição de petista-sím-

A6 : NACIONAL : SEXTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 2006
O ESTADO DE S. PAULO

**DORA
KRAMER**

dora.kramer@grupoestado.com.br

Muito além do jardim

Quando tira o PT de cena em sua propaganda eleitoral, o presidente Luiz Inácio da Silva nada mais está fazendo do que aplicar à campanha atual o lema anos atrás notabilizado, por distração e artimanhas da tecnologia, pelo então ministro da Fazenda de Itamar Franco, Rubens Ricupero: o que é ruim “a gente esconde”, o que é bom “a gente mostra”.

Como o presidente surfa na onda dos escândalos enquanto o PT foi engolido por ela, na visão dos estrategistas de comunicação do candidato à reeleição – corroborada pelas pesquisas e pelo senso comum –, o melhor a fazer no momento é arquivar a figura do militante petista e evidenciar a imagem de Lula como presidente de todos os brasileiros, um personagem acima das questões partidárias.

É verdade que a ausência total de sutileza com que o partido com o qual Lula mantém relação de simbiose desde a entrada na vida pública foi cortado da propaganda eleitoral deu a impressão de que o presidente está morrendo de vergonha do PT.

Não, ele continua muito à vontade na condição de petista-símbolo – conforme demonstra nas defesas sistemáticas que faz dos amigos de fé, irmãos, camaradas – e por isso classifica como “hobagem” as interpretações negativas a respeito da ausência do partido em seu programa do horário eleitoral.

O que ele não quer por hora é dar o abraço do afogado no PT e, justamente por ele e o partido serem uma coisa só, faz isso sem cerimônia, vontade, certo de que o petista compreenderá seus motivos de força maior. São temporários.

A mesma lógica pautou o pedido de uma trégua nas invasões ao MST em 2002, para que o radicalismo em crescente estado de repúdio junto à população não prejudicasse a eleição de Lula.

**Ao renegar
o PT na
campanha, Lula
quer evidenciar
o presidente
e ocultar
o militante**

Uma vez eleito, o presidente não demorou a retomar suas relações com os sem-terra, recebendo-os em palácio, pondo na cabeça o boné do movimento e deixando de cumprir a legislação em vigor para não punir invasores nem excluir da reforma agrária as terras invadidas.

bolo – conforme demonstra nas defesas sistemáticas que faz dos amigos de fé, irmãos, camaradas”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Continua valendo, no tocante ao PT, a simbologia da estrela depositada em flores nos jardins do Palácio da Alvorada, mas, no momento, só para consumo interno. Não por outro motivo senão a segurança na relação o presidente do partido, Ricardo Berzoini, avalizou a combinada separação. Acredita que seja para o bem geral da Nação.

Mas, como tudo na vida, há um outro lado nessa história. No caso, dois lados. O do adversário, que tão logo confirme ser mesmo um constrangimento a presença do PT possivelmente se encarregue de ressaltá-la, e o lado dos petistas – os candidatos, os militantes e os simpatizantes.

Gente que sempre teve orgulho da legenda que durante anos simbolizou a esperança (ilusão?) numa forma diferente de fazer política e governar, representou num cenário de siglas sem identidade popular nem firmeza ideológica ou coesão doutrinária o que significava o exemplo único de partido que justificava sua razão de ser.

Esse povo não se descolará de Lula, não deixará de apoiá-lo, de acreditar nele como líder e único presidente capaz de fazer do Brasil um país mais justo. A recíproca é verdadeira: Lula tampouco abandonará o PT, sua criação e inspiração. Até porque é ali seu porto seguro, o mar aberto é traiçoeiro e as calmarias não são duradouras.

Mas, por mais que compreendam as razões que só o pragmatismo conhece e entendam a necessidade premente do gesto, não devem se sentir confortáveis quando vêem o capitão abandonar o barco, deixando a marujada à deriva.

Roncos da reação

O presidente do Conselho de Ética do Senado, João Alberto Souza, deu o dito pelo não dito e recuou da explícita intenção, manifestada no dia anterior, de arquivar liminarmente os pedidos de abertura de processos por quebra de decoro parlamentar contra os senadores Magno Malta, Ney Suassuna e Serys Slhessarenko.

A posição do senador João Alberto de rejeitar os depoimentos dos empresários da máfia das ambulâncias como prova foi uma reação do atraso – vivido no Congresso – ao trabalho da CPI dos Sanguessugas, o primeiro ato do Legislativo recebido com satisfação pela sociedade.

O presidente do Conselho de Ética não voltou atrás porque quis, mas porque foi obrigado.

O senador José Sarney, a quem o maranhense João Alberto é ligado, o presidente do Senado, Renan Calheiros, comandante-em-chefe do PMDB governista, e, por extensão, o Palácio do Planalto, acabariam pagando a conta do desgaste.

Presença de FH

De preferência, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ficará longe do horário eleitoral. O argumento oficial é claro que não é a rejeição a FH registrada nas pesquisas, mas o fato de que ele “pertence à história”.

Nessa condição, age só nos bastidores, como conselheiro-mor. Ontem mesmo comandou uma reunião para discutir forma e conteúdo da propaganda política.

Mas, conforme for, o ex-presidente pode aparecer para defender a candidatura de Geraldo Alckmin nos últimos programas, já às vésperas das eleições. ■

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria do jornal **Folha de S.Paulo** de 16 de agosto do corrente, intitulada “Petistas evitam mencionar o mensalão no horário político”.

A matéria destaca que os candidatos a deputado federal pelo PT do Estado de São Paulo, Antonio Palocci e Ângela Guadagnin, não mencionaram, em

seus programas políticos, os seus envolvimento no escândalo do mensalão.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SESSÕES 2006 / LEGISLATIVO

Petistas evitam mencionar o mensalão no horário político

No 1º dia de campanha na TV, Valdemar Costa Neto diz que errou e vai recomeçar

Entre os petistas, Antonio Palocci fala sobre economia, e Angela Guadagnin, da ‘dança da pizza’, afirma que sua prioridade é a saúde

REDAÇÃO

O candidato a deputado federal Valdemar Costa Neto (PL-SP), que renunciou ao mandato no ano passado, após ser citado pelo deputado cassado Roberto Jefferson no mensalão, foi o único dos envolvidos no escândalo a fazer um mea-culpa em cadeia nacional, ontem, em sua primeira aparição no horário eleitoral gratuito na TV.

O ex-ministro da Fazenda e candidato a deputado federal Antonio Palocci (PT-SP) e a deputada Angela Guadagnin (PT-SP) não mencionaram o tema.

Valdemar fez outra confissão sobre o recebimento de dinheiro: “Errei e só me restavam dois caminhos: abandonar a vida

pública ou ficar, reconhecer o erro e começar tudo de novo”.

À época, ele admitiu ter sacado R\$ 1,25 milhão de conta de empresa de Marcos Valério para saldar dívidas da coligação PT-PL em 2002. Antes de ser processado por quebra de decoro, renunciou para não sofrer cassação — que o impediria de se candidatar por oito anos.

Já Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária de Valério, aproveitou a exposição proporcionada pelo mensalão para se lançar candidata a deputada federal por SP pelo PMDB.

Palocci, envolvido em vários

escândalos (propina mensal quando prefeito de Ribeirão Preto, caixa dois na campanha de 2002 de Lula), falou sobre economia e evitou o “caso do caseiro”, episódio da violação do sigilo bancário de Francenildo Costa que levou à sua queda.

“Saúde sempre foi minha prioridade”, disse na TV Guadagnin, a ex-integrante do conselho que sempre pedia vista nos processos de cassação para atrasar o trâmite e beneficiar aliados. Ao comemorar a absolvição de João Magno (PT), ela dançou na Câmara e ficou conhecida como a deputada da

“dança da pizza”.

Antes e depois

Com poucos segundos para dizer a que vieram, muitos candidatos tentam estabelecer identificação com o eleitor pelo “nome de guerra”, como Rodinei da Cohab e Rosa do INSS. Outros usam rimas como estratégia (“Paulete, 2307”) e números simbólicos (“Bispo Gê, 2512, lembre do Natal”).

Deputado mais votado da história com 1,57 milhão de votos em 2002, Enéas Carneiro (Prona-SP), candidato à reeleição, mostrou sua foto com barba e explicou: “Tive uma doença gravíssima (...). Perdi minha barba, mas, com ajuda de Deus, estou vivo”. De camisa listrada e gravata xadrez, o apresentador, ator e candidato a deputado federal Clodovil Hernandez (PTC-SP), prometeu com fala mansa e pausada: “Brasília nunca mais será a mesma”. (MARCELA CAMPOS)

Errei e só me restavam dois caminhos: abandonar a vida pública ou ficar, reconhecer o erro e começar tudo de novo

VALDEMAR COSTA NETO (PL)

Brasília nunca mais será a mesma

CLODOVIL HERNANDEZ (PTC)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 19 minutos.)

(OS Nº 14960/06)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

30-8-2006
quarta-feira

11:30 – Visita do Presidente Wu Bangguo, Presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da China

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

12:30 – Almoço oferecido ao Sr. Wu Bangguo pelo Vice-Presidente da República José Alencar, e pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Renan Calheiros e Deputado Aldo Rebelo

Sala Brasília – Palácio Itamaraty

15:00 – Visita do grupo de executivos americanos que está no Brasil participando do curso na FGV intitulado “Doing business in Brazil”

Professor

Senhor

Senhor

Senhor

Senhor

Senhora

Senhor

Senhor

Senhor

Senhor

Senhor

Senhor

Senhor

Senhor

Gerard Farias

Thomas D’Alleva

Anthony Kursar

Joseph LaPlaca

Nicholas Lombardi

Regina McNeil

George Poth

John Rizzo

Neil Rosen

Reid Walker

Hsu O’Keefe

Joel Harmon

Gerard Farias

Sérgio Póvoa Pires

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 – Ministro Tarso Genro, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 318, DE 2006, ADOTADA EM 23 DE AGOSTO DE 2006 E PUBLICADA NO MESMO DIA DO MESMO MÊS E ANO, QUE “ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO NO VALOR GLOBAL DE R\$ 858.478.335,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA E OITO MILHÕES, QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL, TREZENTOS E TRINTA E CINCO REAIS), EM FAVOR DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DOS MINISTÉRIOS DA EDUCAÇÃO, DA JUSTIÇA, DAS RELAÇÕES EXTERIORES, DA DEFESA E DE OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA”.

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
BETINHO ROSADO	1 e 2

EMENDA - 00001
MPV 318/2006
Mensagem 0089/2006-CN

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MEDIDA PROVISÓRIA 318/2006

PÁGINA
DE

TEXTO

Acrescente-se à Medida Provisória nº **318/2006**, onde couber, os seguintes artigos:

“Art. Fica prorrogado por mais 10 (dez) anos o prazo da isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante — AFRMM, prevista no art. 17 da Lei n.º 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

Art. O *caput* do art. 17 da Lei n.º 9.432, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. Por um prazo de 20 (vinte) anos, contado a partir de 8 de janeiro de 1997, não incidirá o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante — AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País.

.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

O desequilíbrio entre as regiões é uma marca do desenvolvimento econômico do País. No decorrer da nossa história, o Sul, o Sudeste e, mais recentemente, o Centro-Oeste brasileiros tornaram-se as regiões mais ricas, em detrimento do Norte e Nordeste do Brasil.

Nesse contexto, o constituinte original tratou de inserir, na atual Carta Magna, dispositivos que prevêm a criação de incentivos regionais, que compreendem, entre outros, isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais.

Entre os vários incentivos em vigor, há a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante — AFRMM, em relação a mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País, prevista no art. 17 da Lei n.º 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

Embora os motivos econômicos e sociais que ensejaram a criação do sobredito incentivo fiscal não tenham deixado de existir, ele será extinto em 2007, se não for alterado o prazo de vigência do dispositivo legal em questão. O que poderá gerar uma crise sem precedentes em algumas áreas da economia do norte e nordeste do país.

Uma indústria, em especial, sofrerá de imediato as conseqüências do retorno da cobrança da AFRMM, a indústria de sal do Rio Grande do Norte. Enquanto perdura a mencionada dispensa, o sal marinho, produzido no Rio Grande do Norte, disputa o mercado do centro sul do país em igualdade de condições com o sal importado do Chile. Isto porque o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, por força do 5º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica n.º 35, celebrado entre os Estados partes do Mercosul e República do Chile, não incide sobre o frete do sal originário daquele país.

Portanto, na hipótese da não renovação da citada dispensa, a indústria salineira do Rio Grande do Norte passará a ter um encargo que o sal chileno não tem, desaparecendo assim o tratamento isonômico, significando uma flagrante perda de competitividade do sal potiguar, atingindo toda a economia do Estado, mais fortemente o setor portuário.

Por isso, apresento a presente emenda, que sugere a prorrogação, por mais dez anos, da isenção de que trata o art. 17 da Lei n.º 9.432/1997.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO BETINHO ROSADO	RN	PFL
DATA	ASSINATURA		
11			

EMENDA - 00002

MPV 318/2006

Mensagem 0089/2006-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MEDIDA PROVISÓRIA 318/2006

PÁGINA
DE

TEXTO

Acrescente-se à Medida Provisória nº 318/2006, onde couber, os seguintes artigos:

Art. Fica reduzida a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.

Art. Os arts. 8º e 28º da Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

§ 12.

XIII – sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.
.....” (NR)

Art. 28.

VII – sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.
.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

A incapacidade de muitas famílias de prover alimentação adequada para seus integrantes, é um dos os graves problemas brasileiro. Perto de 22 milhões de brasileiros vivem em condições de indigência. Aproximadamente 34% da população vivem em condições de pobreza. Os números sobre a miséria do povo brasileiro podem variar, de acordo com o critério e metodologia utilizados, mas, em todos os casos, revelam uma realidade extremamente preocupante.

Nesse contexto, a criação de mecanismos que estimulem a diminuição dos preços dos alimentos, especialmente os consumidos em larga escala pela população mais carente, são de fundamental importância.

A apresentação da presente emenda, tem por objetivo reduzir a carga tributária que incide sobre sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.

Essa medida contribuirá para melhorar a qualidade da alimentação da população de baixa renda, estimulando a produção e a circulação dos referidos produtos, o que pode gerar mais empregos, renda e, indiretamente, impostos. Além disso, preços mais baixos de alimentos podem contribuir para a manutenção de níveis de inflação aceitáveis, ajudando a sustentar o equilíbrio macroeconômico do País.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO BETINHO ROSADO

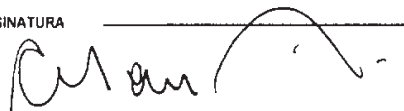
RN

PFL

DATA

ASSINATURA

11




SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

CERTIDÃO

CERTIFICO que não foi convocada reunião para instalação da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 317, adotada em 16 de agosto de 2006, e publicada em 17 do mesmo mês e ano, que “Altera dispositivos da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, e dá outras providências.”, em virtude do Senado Federal estar funcionando nos termos do parágrafo único do art. 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

Para constar, foi lavrado a presente Certidão, que vai assinada por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2006.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 021 , DE 2006

Institui o Conselho de Altos Estudos Políticos do
Senado Federal.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, usando das atribuições regimentais e regulamentares, e,

Considerando a importância estratégica da implementação de um fórum permanente de discussão acerca do planejamento e da avaliação das políticas públicas e do processo decisório legislativo, no âmbito do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Altos Estudos Políticos do Senado Federal, órgão consultivo diretamente vinculado à Comissão Diretora do Senado Federal, com o objetivo de:

- I – realizar estudos e propostas relativas à formulação de políticas e diretrizes legislativas ou institucionais de interesse do País e do Senado Federal;
- II – discutir e propor tecnologias, planos, programas ou projetos, políticas ou ações governamentais de alcance setorial, regional ou nacional;
- III – colaborar com entidades públicas e privadas na elaboração ou acompanhamento de estudos e pesquisas consentâneos com suas finalidades;
- IV – organizar fóruns, bem como conferências, seminários, simpósios e oficinas de trabalho, visando à apresentação e discussão de estudos e pesquisas promovidos, bem como de outras análises e propostas julgadas relevantes;
- V – divulgar, pelos meios de comunicação e através de publicações, os resultados de suas atividades.

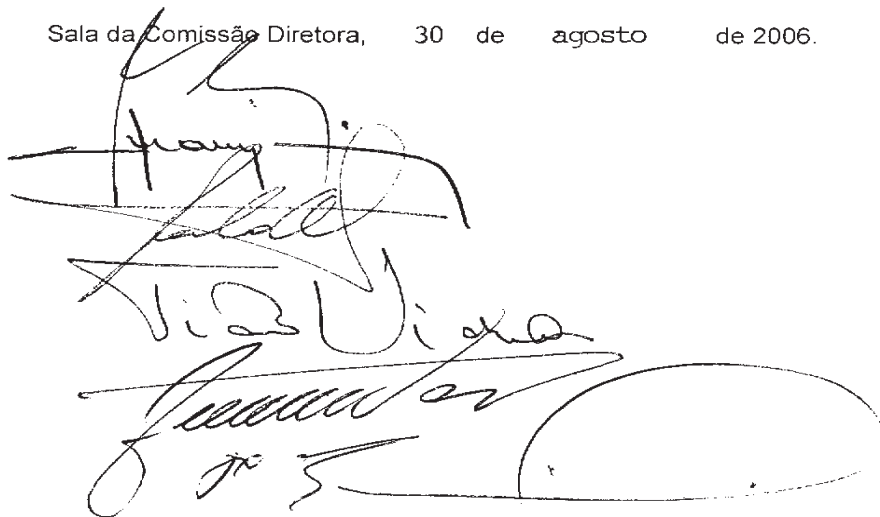
Art. 2º O Conselho é composto de 7 (sete) membros, sendo 1 (um) Senador, 3 (três) Servidores do Senado Federal e 3 (três) cidadãos com notório conhecimento em áreas afetas a atuação do Órgão.

§ 1º Os Membros do Conselho serão designados pelo Presidente do Senado Federal.

§ 2º Os órgãos de Assessoramento Superior, Órgão Central de Coordenação e Execução e a Secretaria de Coordenação Técnica e de Relações Institucionais prestarão apoio técnico aos trabalhos do Conselho.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, 30 de agosto de 2006.



ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 050, DE 2006

Dispõe sobre as competências dos órgãos criados na Secretaria de Polícia do Senado Federal, de acordo com o Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2006.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2006, **RESOLVE**:

Art. 1º - Ficam estabelecidas por este Ato as competências dos órgãos criados na Secretaria de Polícia do Senado Federal, conforme disposto no Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2006.

Art. 2º - Passam a integrar a Secretaria de Polícia do Senado Federal os seguintes órgãos:

I - Subsecretaria de Polícia Judiciária;

II - Subsecretaria de Logística e Controle Operacional;

III – Serviço de Operações Especiais;

IV – Serviço de Policiamento Noturno;

V – Serviço de Policiamento Externo;

VI – Serviço de Segurança de Comissões; e

VII – Serviço de Tecnologia e Projetos.

Art. 3º - À Subsecretaria de Polícia Judiciária compete desenvolver todos os atos inerentes à instrução dos inquéritos policiais e dos termos circunstanciados instaurados na Secretaria de Polícia do Senado Federal quando da prática de infrações penais nas dependências sob responsabilidade do Senado Federal; revisar as peças de inquérito policial e de termo circunstanciado antes do seu envio ao Poder Judiciário; acompanhar o cumprimento dos mandados de prisão, de busca e apreensão, as conduções coercitivas, escolta de presos e de depoentes das Comissões; elaborar pareceres e estudos jurídicos, bem como se manifestar, quando solicitado, em processos afetos às competências da Secretaria de Polícia do Senado Federal; realizar pesquisas e prestar o apoio técnico necessário ao desenvolvimento dos trabalhos de assessoramento jurídico da Secretaria e de seus órgãos subordinados; coordenar os trabalhos dos serviços diretamente subordinados; dar cumprimento às determinações do Diretor da Secretaria de Polícia do Senado Federal e executar outras tarefas correlatas.

Art. 4º - À Subsecretaria de Logística e Controle Operacional compete elaborar programas de atualização, ampliação e reposição relativos às tecnologias, sistemas e equipamentos, a serem aplicados pelos respectivos Serviços, em consonância com as necessidades da Polícia do Senado Federal; elaborar o Plano de Treinamento e Condicionamento Físico do efetivo da Secretaria de Polícia do Senado Federal; coordenar as atividades do Sistema Fechado de Televisão e de Radiocomunicação da Secretaria; dar cumprimento às determinações do Diretor da Secretaria de Polícia do Senado Federal e executar outras tarefas correlatas.

Art. 5º - Ao Serviço de Operações Especiais compete realizar o gerenciamento de crises nas dependências sob responsabilidade do Senado Federal; controlar distúrbios e manifestações violentas que coloquem em risco o patrimônio público e as pessoas; aplicar alternativas táticas, como o emprego de negociadores, técnicas não-letais e invasão tática em tarefas que necessitem de especialização em operações especiais; desativar, recolher, transportar e destruir artefatos bélicos, explosivos, incendiários, biológicos e químicos, segundo normas específicas que regem a matéria; efetuar a inspeção em locais sob suspeita de bombas e sabotagens; coordenar, orientar, supervisionar, controlar, sistematizar e padronizar as atividades de competência dos Grupos de Operações Especiais; manter intercâmbio de informações sobre operações especiais com os órgãos de Segurança Pública e outras instituições governamentais; manter equipe de atiradores de elite para efetuar tarefas que necessitem de preparo específico; planejar e coordenar, em conjunto com o Serviço de Treinamento e Logística, programas continuados de capacitação dos Policiais Legislativos Federais e promover o processo seletivo interno; dar cumprimento às determinações do Diretor da Subsecretaria de Polícia Ostensiva e executar outras tarefas correlatas.

Art. 6º - Ao Serviço de Policiamento Noturno compete dar andamento às medidas de emergência determinadas pelo Plano de Segurança da Subsecretaria de Polícia Ostensiva; planejar, coordenar, controlar e executar o policiamento noturno nas dependências, áreas adjacentes e demais áreas sob a responsabilidade do Senado Federal; controlar o acesso e fiscalizar o trânsito de pessoas nas dependências do Senado Federal; registrar as ocorrências e encaminhá-las, oportunamente, a Subsecretaria de Polícia Judiciária; coordenar e controlar os estacionamento do Senado Federal; preservar o local dos ilícitos nas dependências internas, externas e nas Residências Oficiais do Senado Federal, acionando imediatamente a Subsecretaria de Polícia Judiciária para as providências cabíveis; supervisionar a vigilância noturna nas dependências internas, externas e nas Residências Oficiais do Senado Federal; dar cumprimento às determinações do Diretor da Subsecretaria de Polícia Ostensiva e executar outras tarefas correlatas.

Art. 7º - Ao Serviço de Policiamento Externo compete coordenar ações de policiamento ostensivo e segurança nas dependências externas sob a responsabilidade do Senado Federal;

coordenar e fiscalizar as equipes de vigilância diurna nas áreas externas; coibir com o auxílio da Polícia Militar as transgressões ao Código Brasileiro de Trânsito, quando ocorridas nos próprios do Senado Federal; preservar os locais de ilícitos acionando, imediatamente, a Subsecretaria de Polícia Judiciária; dar cumprimento às determinações do Diretor da Subsecretaria de Polícia Ostensiva e executar outras tarefas correlatas.

Art. 8º - Ao Serviço de Segurança de Comissões compete coordenar planos de policiamento e segurança nos plenários das Comissões Permanentes e Temporárias do Senado Federal; controlar e fiscalizar o acesso às sessões das Comissões do Senado Federal; planejar e executar, quando determinado por autoridade competente, a segurança física de qualquer ambiente que venha a ser designado para a realização de sessão de Comissão Permanente ou Temporária; fornecer o apoio operacional e técnico necessário às Comissões Parlamentares de Inquérito; executar ações especiais para eventos específicos das Comissões; dar cumprimento às determinações do Diretor da Subsecretaria de Proteção a Autoridades e executar outras tarefas correlatas.

Art. 9º - Ao Serviço de Tecnologia e Projetos compete desenvolver, especificar e implementar equipamentos e projetos de modernização ou de atualização tecnológica de interesse da Secretaria de Polícia do Senado Federal e de seus órgãos subordinados; acompanhar todas as fases do projeto; elaborar relatórios gerenciais com o andamento e providências de cada projeto; dar cumprimento às determinações do Diretor da Subsecretaria de Logística e Controle Operacional e executar outras tarefas correlatas.

Art. 10 - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de agosto de 2006



RENAN CALHEIROS
Presidente


DECISÃO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

O PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, considerando a dinamização dos cursos promovidos pelo ILB e pelo UNILEGIS, bem como as restrições orçamentárias impostas nas rubricas de passagens aéreas e diárias, ao encontro do previsto no art. 1º, V, do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, **RESOLVE**:

Art. 1º - Ficam suspensas, até 31 de dezembro de 2006, as participações de servidores do Senado Federal em conferências, congressos, seminários e cursos fora do Distrito-Federal.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor a partir de 1º de setembro de 2006.

Senado Federal, 30 de agosto de 2006.


Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro-Secretário do Senado Federal

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 196 , DE 2006

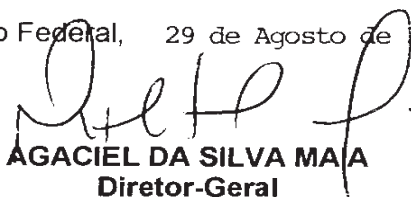
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Designar o servidor Cleber José Ribeiro, matrícula 30172, para integrar como membro a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 021/99-DGER, em substituição ao servidor José Alexandre Lima Gazineo, matrícula 53330.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com os seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2006.

Senado Federal, 29 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1784 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013.115/06-5,

R E S O L V E tornar sem efeito a exoneração de **MARIA DE FÁTIMA PINTO DE SÁ PIRES** do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna, constante do Ato do Diretor-Geral n.º 1687, de 17/08/2006, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3547, de 18/08/2006.

Senado Federal, em 28 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1785, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e pelo Ato n.º 169, de 2003, do Presidente do Senado Federal,

RESOLVE

Art. 1.º - Fica designado o servidor **NIDOVAL PINTO DA SILVA**, matrícula nº 17039, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para substituir o Diretor da Coordenação de Administração de Residências Oficiais, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais

Art. 2.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 30 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 1786 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE designar a servidora **ANA MARIA DE ALMEIDA GOMES FORTES**, matrícula nº 26788, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Diretoria-Geral.

Senado Federal, 30 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1787 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores **ADRIANO BEZERRA DE FARIA**, matrícula nº 24380, e **JORGE MARTINS VILLAS BOAS**, matrícula nº 42137, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 012719/06-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1788 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores AURÉCIO ALVES CALDEIRA, matrícula nº 23891, e GIOVANI PEREIRA DO AMARAL, matrícula nº 50730, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 009655/06-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1789 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ROGÉRIO BRAGA DE FIGUEIREDO, matrícula nº 30445, e NARCISO MORI JÚNIOR, matrícula nº 40803, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 013119/06-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1790 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores FRANCISCO MAURÍCIO DA PAZ, matrícula nº 32790, e MARCOS MAGALHÃES DE AGUIAR, matrícula nº 56276, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 007450/06-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1791 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SINAIDE NASCIMENTO DA SILVA SANTOS, matrícula nº 47056, e ANA GRASIELA FALCÃO FREIRE KRONEMBERGER, matrícula nº 28840, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 010805/06-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de agosto de 2006.



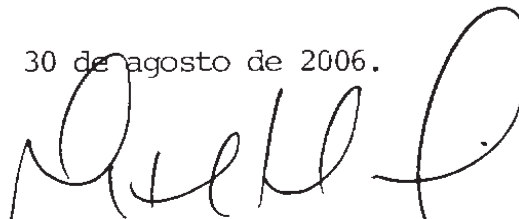
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

*ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1792 , de 2006*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 012690/06-6,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a MARINA RODRIGUES CHAVES, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ WASHINGTON CHAVES, matrícula 2413-ERGON, a partir da data do óbito, 05/08/2006.

Senado Federal, 30 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 1793 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 012.190/06-3.

RESOLVE aposentar, voluntariamente, por tempo de serviço, com proventos integrais, a servidora **HILDA RODRIGUES SOARES**, Técnico Legislativo, Área 2, Nível II, Padrão 30, nos termos do Art. 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, na forma assegurada pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, com a vantagem prevista no art. 1º da Resolução (SF) nº 74/94, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1794 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013192/06-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ADEUVALDO DE CASTRO BARROS**, matrícula n.º 188200, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1795 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral n.º 1.583, de 2005, e do Processo n.º **013222/06-6**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **ANDRE ACHUTTI**, matrícula n.º 165624, de Assessor Técnico para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1796 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **013222/06-6**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **ANA CAROLINA QUINTILHAN CAMPOS**, matrícula n.º 195276, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assessor Técnico e sua respectiva lotação, do Gabinete da Liderança da Minoria para o Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1797 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **013222/06-6**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **ANTONIO PEREIRA DE SOUZA**, matrícula n.º 192240, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, e sua respectiva lotação, do Gabinete do Senador Leonel Pavan para o Gabinete da Liderança da Minoria.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1798 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **013193/06-6**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **LÍLIAN SOARES DOS SANTOS**, matrícula n.º 196463, de Assistente Parlamentar, AP-8, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1799 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013191/06-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ZÉLIA MARIA DE OLIVEIRA TURÍBIO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1800 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012970/06-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RANIERI AUTO TEÓFILO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias* BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza* PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney**	Paraíba PMDB – Ney Suassuna* PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão**	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa**	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque** PFL – Paulo Octávio**
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen* BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan**	Amapá PMDB – José Sarney* PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros* PFL – Jonas Pinheiro** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko** -----	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves* PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Fº (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
(Vago) ⁶			1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ²⁻⁵	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁷		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 30.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES), licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁵ O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado do cargo durante o período de 25.7.2006 a 14.11.2006.

⁶ O Senador Ney Suassuna renunciou à titularidade do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de acordo com o Of. GLPMDB nº 307-B/2006, lido na Sessão de 15.8.2006.

⁷ A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo econômico)

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 104 PÁGINAS